



Boletim de Conjuntura Econômica

11

setembro e outubro/20

sãojudas›

usjt.br

1. Atividade Econômica

PIB – Produto Interno Bruto

O PIB apresentou contração de 9,7% na comparação do segundo trimestre de 2020 contra o primeiro trimestre de 2020, considerando a série com ajuste sazonal. Na comparação com igual período de 2019, houve variação negativa de 11,4% no segundo trimestre do ano. No acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2020, o PIB registrou contração de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Em valores correntes a preço de mercado, o PIB totalizou R\$ 1.653,0 bilhões, sendo R\$ 1.477,5 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 175,4 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de subsídios. Este resultado da atividade econômica nacional se deve pela pandemia e protocolos de distanciamento social causado pela pandemia de COVID-19, que forçou o fechamento de diversos serviços e setores considerados não essenciais desde o começo do surto no país. O resultado é reflexo também do fechamento de pequenos e grandes negócios que não aguentaram e chegaram a declarar falência.

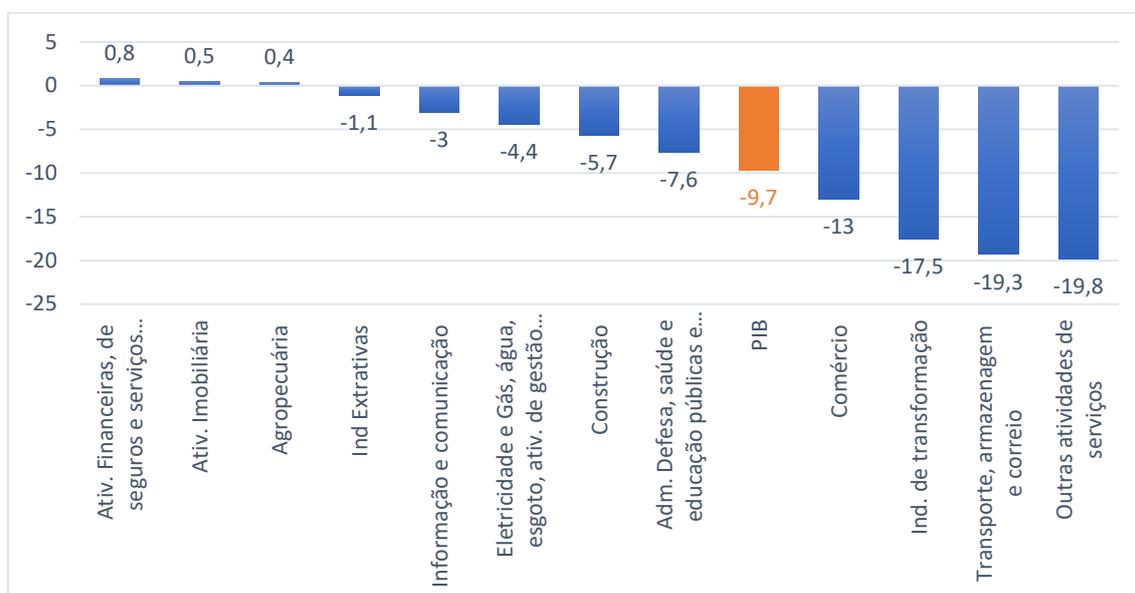
Tabela 1.1 – Principais resultados do PIB a preços de mercado

Taxas (%)	2019.II	2019.III	2019.IV	2020.I	2020.II
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	0,8	1	1,1	-0,3	-5,9
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	1,1	1	1,1	0,9	-2,2
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	1,1	1,2	1,7	-0,3	-11,4
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,5	0,1	0,5	-2,5	-9,7

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Com relação aos setores da economia, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a Indústria de transformação recuou 17,5%, os Serviços apresentaram queda de 9,7%, sendo que a maior foi a do setor de Outras Atividades de serviços (-19,8%), enquanto a agropecuária (0,4%) junto com Atividades Imobiliárias (0,5%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,8%) apresentaram uma alta.

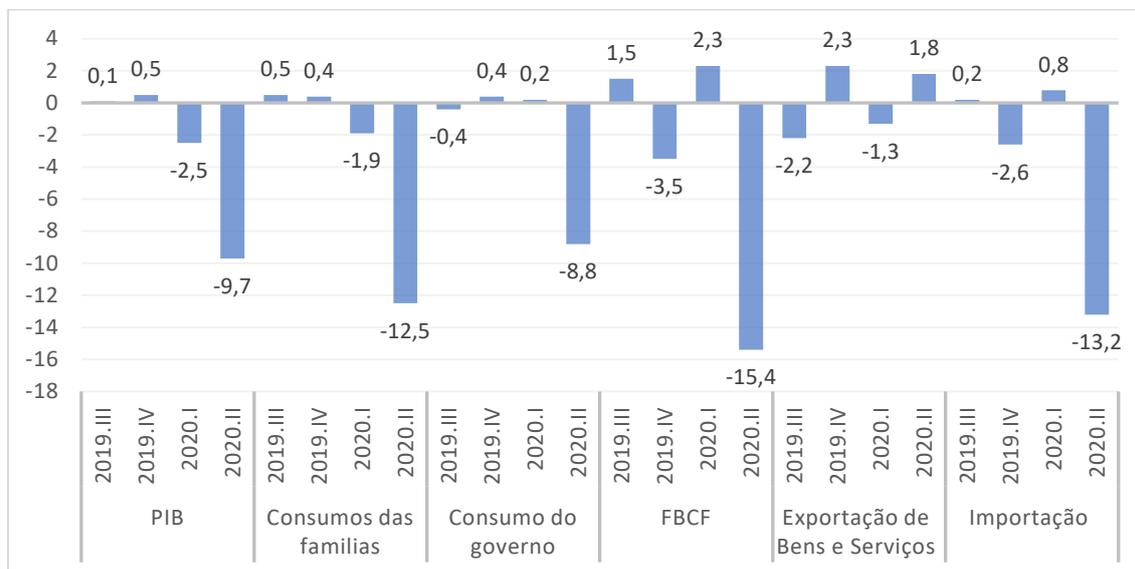
Gráfico 1.1 – PIB e Subsetores – taxa percentual do trimestre em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Entre os componentes da demanda agregada, a Despesa de Consumo das Famílias (-12,5%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (-15,4%) e a Despesa de Consumo do Governo (-8,8%) apresentaram queda em relação ao trimestre imediatamente anterior. No que se refere ao setor externo, as Exportações de bens e Serviços tiveram um aumento de 1,8%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 13,2% em relação ao primeiro trimestre de 2020.

Gráfico 1.2 - PIB e Componentes da Demanda – taxa percentual do trimestre em relação ao trimestre anterior (com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

IBC-BR

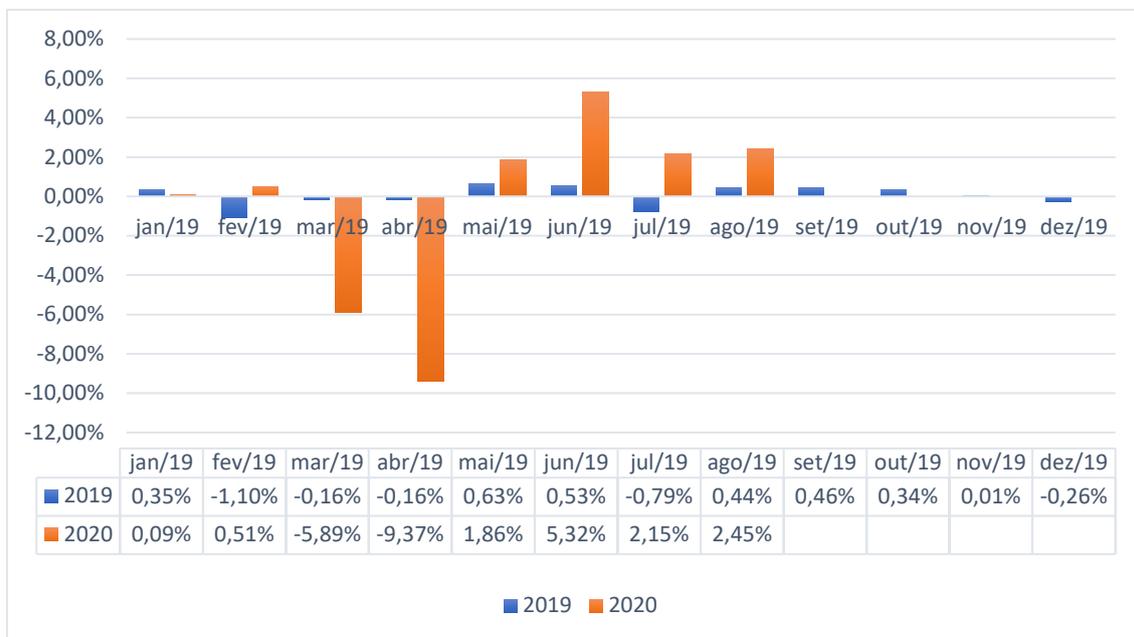
O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) avançou pelo quarto mês seguido em agosto, apresentando uma alta de 1,06% ante o mês anterior. No mês de julho o IBC-Br cresceu 3,71% em relação ao mês anterior. As quatro altas sinalizam uma recuperação econômica, após forte tombo de 9,27% em abril, que foi o mês de maior impacto da crise causada pela pandemia da Covid-19. Já na comparação com o mesmo mês de 2019, o índice registrou uma queda de 3,92%.

Esse resultado exhibe de forma mais clara os efeitos causados pela pandemia do coronavírus. Em março, primeiro mês de impacto da Covid-19 na economia, o IBC-Br já havia registrado retração de 5,89% na comparação com fevereiro, e no momento o índice vem recuperando as grandes quedas de março e abril, apresentando índices positivos.

Os dados apresentados foram influenciados pela desaceleração da produção industrial, a venda do varejo restrito e prestação de serviço, e refletem o primeiro mês completo sob os efeitos da pandemia, uma vez que o isolamento social no Brasil foi adotado em meados de março, agora com a economia

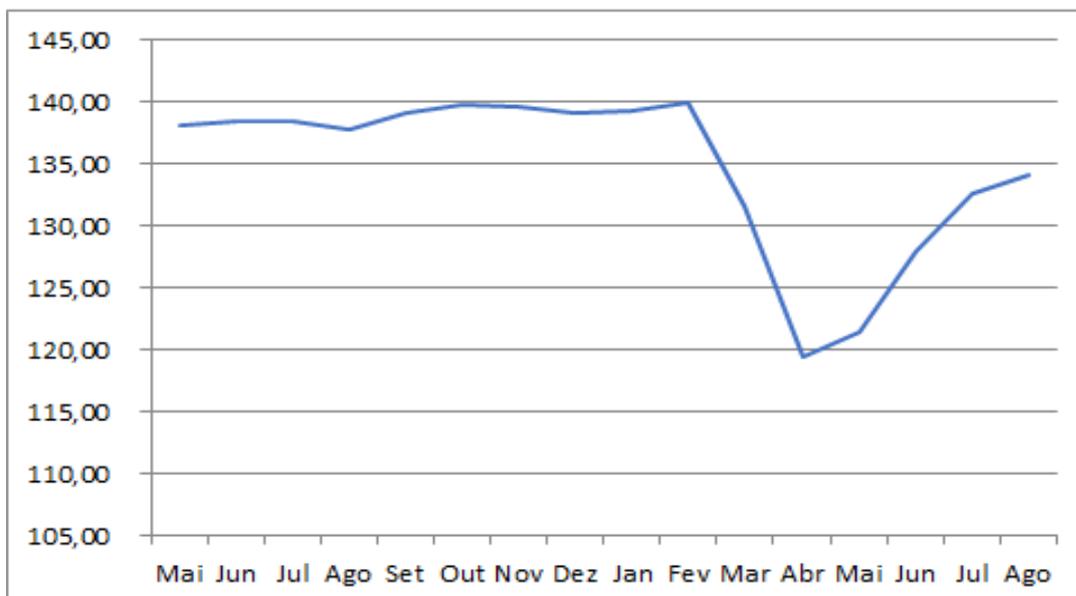
voltando a normalidade e o isolamento social, aos poucos saindo de vigor e a produção industrial, vendas do varejo e prestação de serviços buscando a normalidade.

Gráfico 1.3 – Evolução mensal do IBC-BR (mês/mês anterior c/ ajuste sazonal)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

Gráfico 1.4 - Evolução mensal do IBC-BR (em número-índice)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
 Elaboração: GT de Atividade Econômica USJT

SERVIÇOS

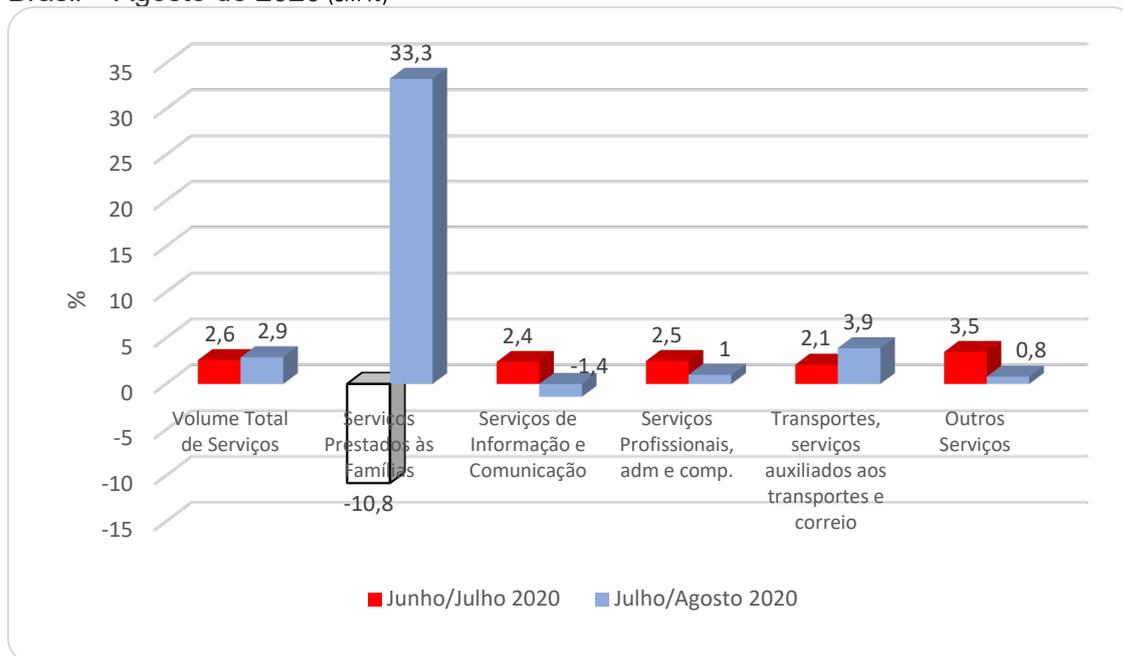
O Volume de serviços gerais vem em percentual positivo desde julho e nos meses seguintes, principalmente com a flexibilização das medidas de isolamento, em panoramas simples, o setor vem voltando a “normalidade”.

O que surpreendeu, foi a recuperação dos serviços prestados às famílias, de um saldo negativo de -10,8% em julho em relação a junho e agora 33,3% que segundo o IBGE registrou a taxa positiva mais intensa da série histórica (desde janeiro de 2011) muito tem haver com a relação de logística, como muitas pessoas ainda estão em isolamento para cobrir a demanda por produtos e serviços essenciais, por isso também podemos relacionar esse desempenho com o aumento de serviços de transportes e serviços auxiliares que aumentou 3,9% em agosto e também teve crescimento de 2,1% no mês de julho, com a demanda de estudos, educação e adequações no trabalho laboral (*home office*), os serviços de informação e comunicação vinha colecionando altas seguidas nos dois últimos meses agora caiu cerca de -1,4%, talvez devido a flexibilização e início de aulas presenciais em alguns lugares, a demanda sofreu uma pequena baixa, mas nada que seja alarmante para o período.

Os serviços profissionais administrativos e complementares estão experimentando três altas seguidas, porém, em agosto foi a menor alta dos três períodos, 1,0%, o que não significa praticamente estabilidade.

O segmento de outros serviços também apresenta no mês de agosto seu menor crescimento (0,8%), na comparação com os meses anteriores, quando se iniciou a retomada da atividade econômica, após os demais iniciais da pandemia.

Gráfico 1.5 Variação Mensal do Setor de Serviços com Ajuste Sazonal
 Brasil – Agosto de 2020 (em %)

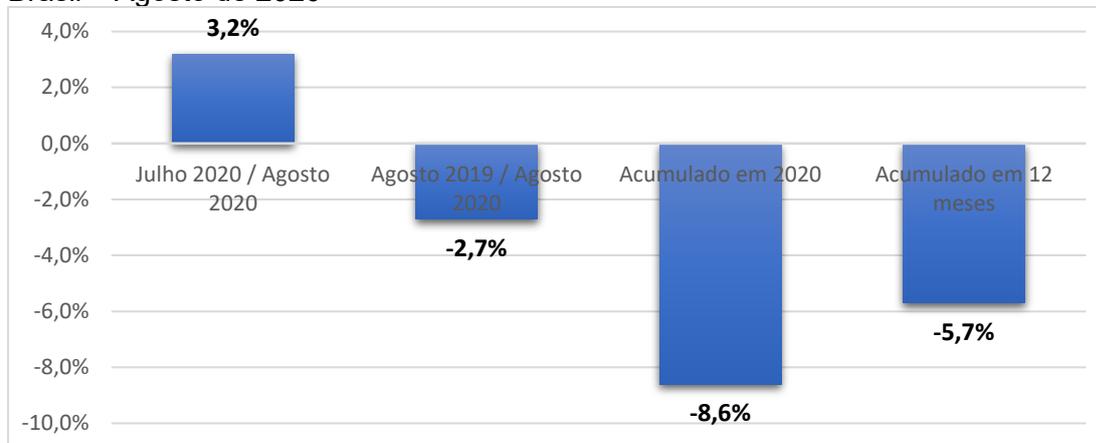


Fonte: IBGE- Pesquisa Mensal de Serviços
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Indústria

A atividade industrial apresentou crescimento de 3,2% na passagem julho para agosto, também representando os efeitos da retomada de atividade econômica após os meses de isolamento mais rígido em todo país. Porém no comparativo com o mesmo mês de 2019 e no acumulado de 2020 as quedas são verificadas (2,2% e 8,6%) respectivamente.

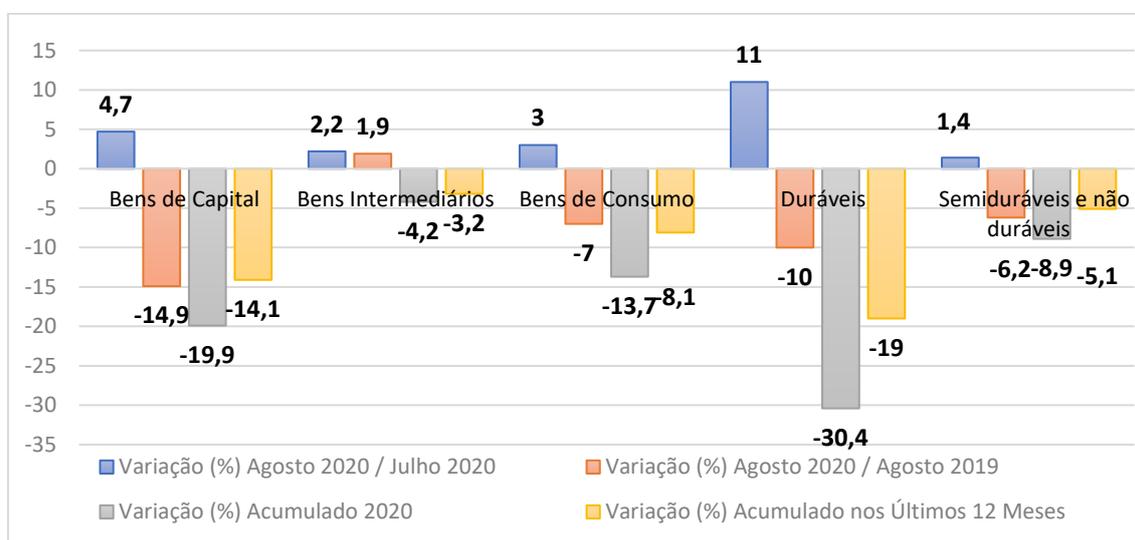
Gráfico 1.6 Variação percentual da produção da Indústria
 Brasil – Agosto de 2020



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Em relação aos tipos de bens produção, em junho todos apresentaram variação positiva devido a retomada da produção. Na passagem de julho para agosto o maior crescimento foi no setor de bens de consumo duráveis (11%), justamente o segmento que mais paralisou as atividades e tinha apresentando maior queda em comparações anteriores. Os bens de capital vêm em seguida, com variação positiva de 4,7%, seguida pela média dos bens de consumo (3%). Nas demais formas de comparação todos segmentos apresentam forte variação negativa, com destaque para o acumulado em 2020 dos bens de consumo duráveis e bens de capital (30,4% e 19,9% respectivamente).

Gráfico 1.7 Variação % da produção industrial por tipo de bem produzido



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
 Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

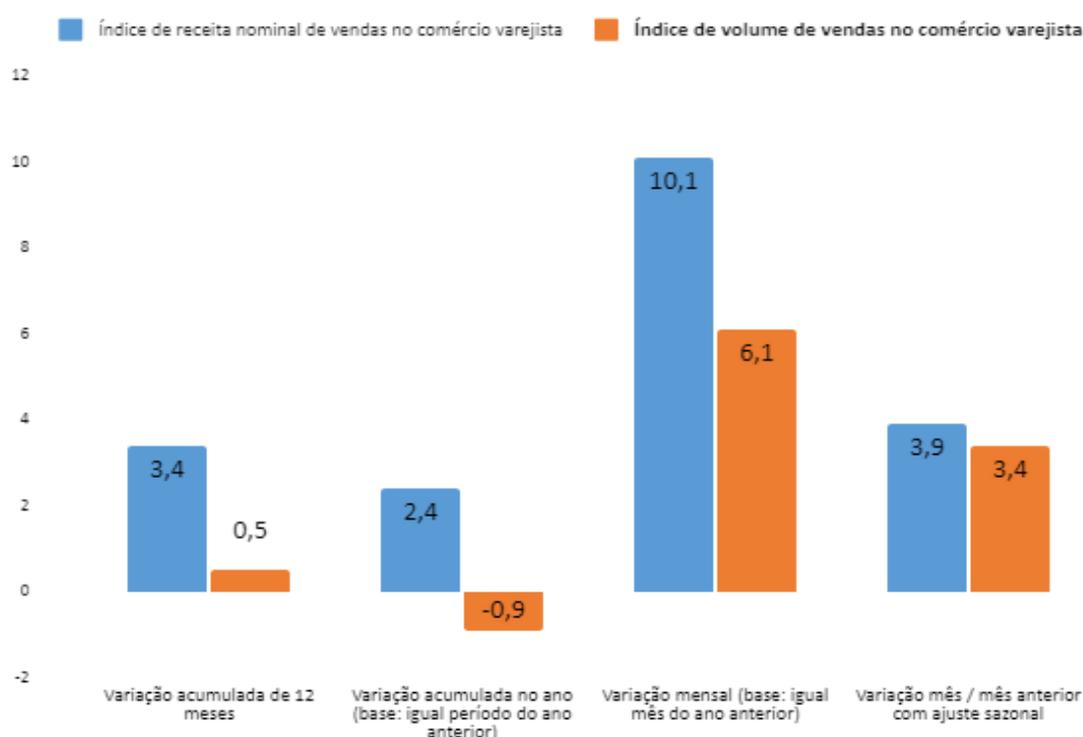
Comércio

Comercio Varejista

No mês de agosto de 2020, o comércio varejista apresentou aumento de 3,4% em comparação com julho, na série livre de influências sazonais, após avançar 5,0% em julho de 2020 atingindo assim o maior patamar de vendas em 20 anos, segundo o IBGE. Com essa alta, o setor está conseguindo recuperar-se dos impactos causados pelas perdas da pandemia no COVID-19, superando 8,9% o patamar de fevereiro. Temos esses resultados positivos devido ao auxílio emergencial que foi liberado pelo Governo e com a flexibilização das medidas

de restrição, o que fez a população sair para as compras. Com isso, a evolução do índice de média móvel trimestral para o varejo, depois do aumento de 8,6% no trimestre encerrado em julho, mostrou crescimento de 5,6% no trimestre encerrado em agosto. Na comparação com o mesmo período no ano anterior houve um aumento de 6,1%, registrando uma desaceleração no ritmo de queda de -0,9%. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 0,5% contra 0,1% em relação ao mês anterior, o que nos mostra a estabilidade nas vendas.

Gráfico 1.8 - Comércio varejista: variação do volume e receita nominal de vendas



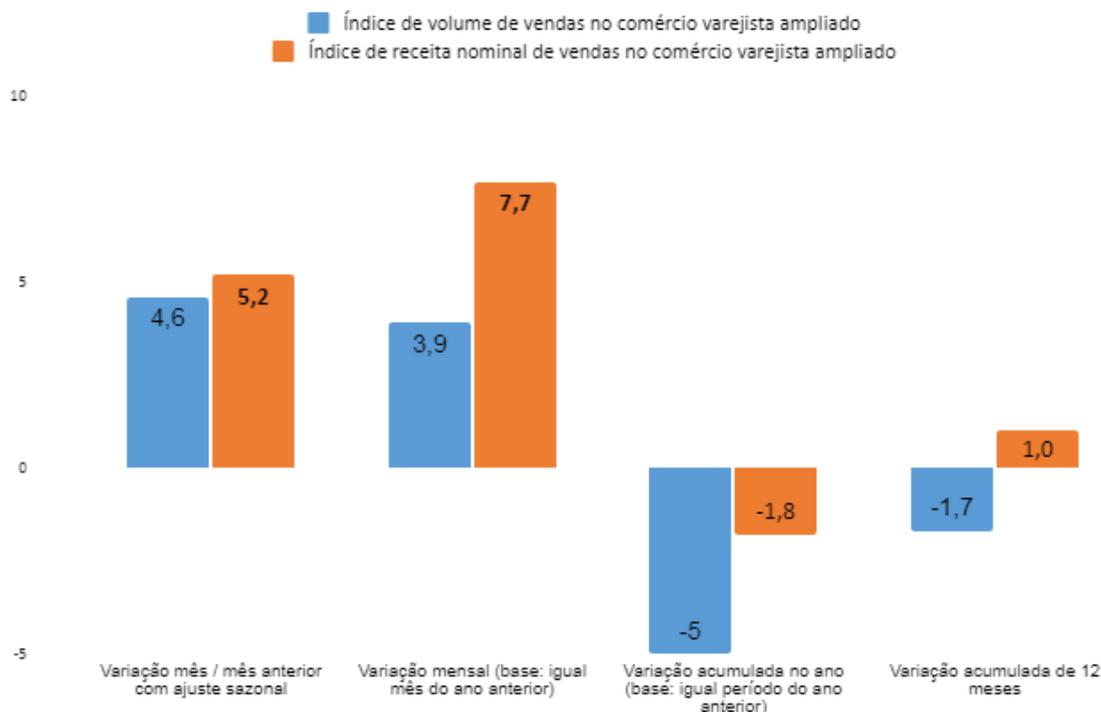
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio, Agosto de 2020
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Comércio Varejista Ampliado

No que se refere ao comércio varejista ampliado, o que está incluindo as “veículos, motos, partes e peças” e de “material de construção”, houve um aumento nas vendas de 4,6% em comparação com o mês anterior, diminui ritmo de crescimento com relação ao mês anterior (7,1%) contribuindo, assim, para que a média móvel do trimestre encerrado em agosto (7,6%) sinalizasse redução no ritmo das vendas, quando comparada à média móvel no trimestre encerrado

em julho (11,2%), conforme mostra Gráfico 1.9. Em relação ao mesmo período do ano passado apresentou um aumento de 3,9%. No acumulo do ano sofreu queda de 5% e em relação aos últimos 12 meses foi de 1,7%.

Gráfico 1.9 - Comércio varejista ampliado: variação do volume e receita nominal de vendas (%), agosto 2020



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio, Agosto de 2020
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Resultados Setoriais

As vendas tiveram um aumento de 3,4% no comércio varejista na passagem do mês de julho para agosto 2020, na série com ajuste sazonal, onde tivemos resultados positivos de cinco dos oito setores avaliados.

Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-1,2%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,2%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-24,7%) foram os setores mais prejudicados no período analisado. Já os setores que tiveram sinais positivos são: Tecidos, vestuário e calçados (30,5%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (10,4%), Móveis e eletrodomésticos (4,6%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (1,5%) e Combustíveis e

lubrificantes (1,3%). Tendo como destaque então o setor de tecidos, vestuário e calçados (30,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (10,4%).

Gráfico 1.10 Volume de Vendas do Comércio Varejista e Varejista Ampliado



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio, Agosto de 2020
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

2. Inflação e Preços

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês de setembro apresentou alta de 0,64%, 0,40 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada em agosto (0,24%). Esse é o maior resultado para um mês de setembro desde 2003, quando o IPCA foi de 0,78%. Para o cálculo do índice deste mês de Setembro de 2020, foram obtidos dados entre os dias 28 de agosto e 28 de setembro. No que concerne aos índices regionais, as dezesseis regiões pesquisadas apresentaram alta em setembro. O menor resultado ficou com a região metropolitana de Salvador (0,23%), especialmente por conta da queda nos preços da gasolina (-6,04%). Já o maior índice foi observado no município de Campo Grande (1,26%), particularmente em função da alta das carnes (6,63%), da gasolina (2,69%) e da energia elétrica (3,41%).

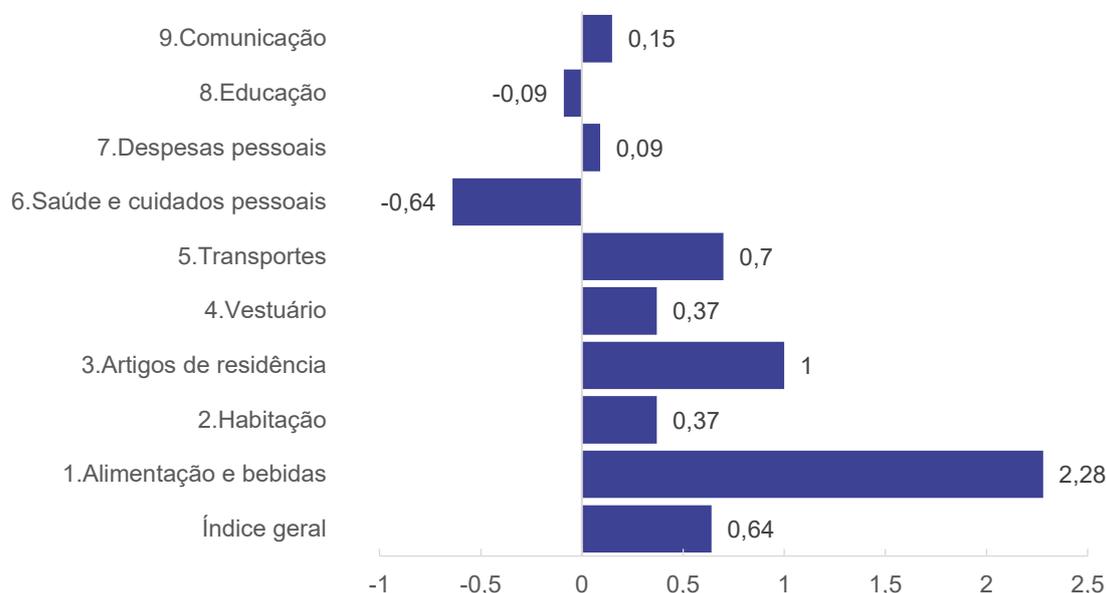
Tabela 2.1 IPCA-IBGE. Variação mensal, acumulada e a ponderação por capital. Brasil – Setembro de 2020.

Região	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação acumulada (%)	
		Agosto	Setembro	Ano	12 meses
Campo Grande	1,57	1,04	1,26	3,41	5,78
Fortaleza	3,23	-0,23	1,22	2,55	4,13
Rio Branco	0,51	0,54	1,19	2,15	3,36
Goiânia	4,17	0,66	1,03	0,78	2,98
São Luís	1,62	0,38	1,00	1,31	3,50
Belém	3,94	-0,04	0,95	1,37	4,37
Vitória	1,86	-0,03	0,83	1,76	3,33
Recife	3,92	0,46	0,78	2,78	3,84
Belo Horizonte	9,69	0,21	0,76	1,34	3,04
Aracaju	1,03	-0,30	0,73	1,89	3,18
Curitiba	8,09	0,20	0,71	0,62	2,47
Porto Alegre	8,61	0,33	0,68	0,89	2,52
Rio de Janeiro	9,43	-0,13	0,62	1,13	2,79
São Paulo	32,28	0,31	0,44	1,31	3,12
Brasília	4,06	0,58	0,37	0,88	2,81
Salvador	5,99	0,13	0,23	1,71	3,31
Brasil	100,00	0,24	0,64	1,34	3,14

Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Entre os grupos de bens e serviços que compõe o IPCA as variações positivas ocorreram em sete setores, Alimentação e Bebidas (2,28%), Habitação (0,37%), Artigos de Residência (1,00%), Transportes (0,70%), Despesas Pessoais (0,09%) e Comunicação (0,04%). A maior queda (-0,64%) e a maior contribuição negativa (-0,09 p.p.) no índice do mês vieram do grupo Saúde e cuidados pessoais, e outro setor que teve deflação foi Educação (-0,09%). Se destacando o grupo Alimentação e bebidas (2,28%) ocorreu especialmente em função dos alimentos para consumo no domicílio, cujos preços subiram 2,89% na comparação com agosto. Seguido Artigos de Residência (1,00%), cuja alta ocorreu principalmente por conta dos itens tv, som e informática (1,99%) e mobiliário (1,10%). Este último, apesar de alta observada no mês, acumula queda de 8,73% no ano.

Gráfico 2.1 – IPCA – IBGE Variação percentual mensal por grupos
Brasil - Setembro de 2020 (em %)



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC- IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor se refere às famílias com rendimento entre 1 e 5 salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada, que sejam residentes das áreas urbanas das regiões de abrangência do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SINPC). A coleta de dados foi feita no período de 28 de agosto a 28 de setembro de 2020.

O INPC no mês de setembro apresentou uma variação de 0,87% enquanto, em agosto, foram registrados 0,36%. Este é o maior resultado para um mês de setembro desde 1995, quando o índice foi de 1,17%. A variação acumulada até então em 2020 é de 2,04% e, nos últimos doze meses, de 3,89%, acima dos 2,94% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2019, o índice apresentou queda de -0,05%.

Tabela 2.3 INPC-IBGE. Variação mensal, acumulada e a ponderação por capital. Brasil - setembro de 2020.

Região	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação acumulada (%)	
		Agosto	Setembro	Ano	12 meses
Campo Grande	1,73	1,33	1,59	4,15	6,63
Fortaleza	5,16	-0,16	1,36	2,95	4,60
Rio Branco	0,72	0,71	1,32	2,81	4,06
Goiânia	4,43	0,61	1,27	1,36	3,85
Vitória	1,91	0,29	1,07	2,86	4,26
Recife	5,60	0,51	1,01	3,51	4,49
São Luís	3,47	0,37	0,99	1,25	3,76
Belo Horizonte	10,35	0,38	0,88	1,98	3,60
Aracaju	1,29	-0,23	0,88	2,23	3,48
Curitiba	7,37	0,40	0,86	1,08	3,02
Rio de Janeiro	9,38	0,07	0,84	1,64	3,11
Porto Alegre	7,15	0,48	0,82	1,70	3,17
Belém	6,95	0,05	0,81	1,74	4,97
São Paulo	24,60	0,51	0,77	2,09	4,12
Brasília	1,97	0,71	0,59	1,40	2,91
Salvador	7,92	0,24	0,47	2,33	3,91
Brasil	100,00	0,36	0,87	2,04	3,89

Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

A área em que foi registrada alta é referente aos produtos alimentícios, apresentando 2,63% em setembro, com uma variação acima dos 0,80% observados no mês anterior. O agrupamento dos produtos não-alimentícios apresentou alta de 0,35%, um acréscimo em relação ao mês de agosto (0,23%).

No que diz respeito aos índices regionais, pode-se verificar que em todas as áreas consultadas o INPC teve resultados positivos. O município de Campo Grande (1,59%) apresentou o maior resultado, em grande parte por conta da alta nos preços do arroz (17,33%), carnes (6,66%), energia elétrica (3,55%) e gasolina (2,69%). Já a variação menos acentuada foi em Salvador (0,47%), devido, principalmente, ao recuo nos preços da gasolina (-6,04%).

Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-M- FGV

O IGP-M é divulgado mensalmente pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e registra a inflação de preços ao produtor, consumidor e construção civil. Seu resultado é a média aritmética ponderada dos índices IPA (Índice de Preços por Atacado), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional do Custo da Construção), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

No mês de setembro o índice teve um aumento de 4,34%, reforçando a tendência de alta verificada nos últimos meses. A taxa foi superior à apuração de agosto, que apresentou um aumento de 2,74%. Com esse resultado, o IGP-M acumula alta de 14,40% no ano e 17,94% nos últimos 12 meses.

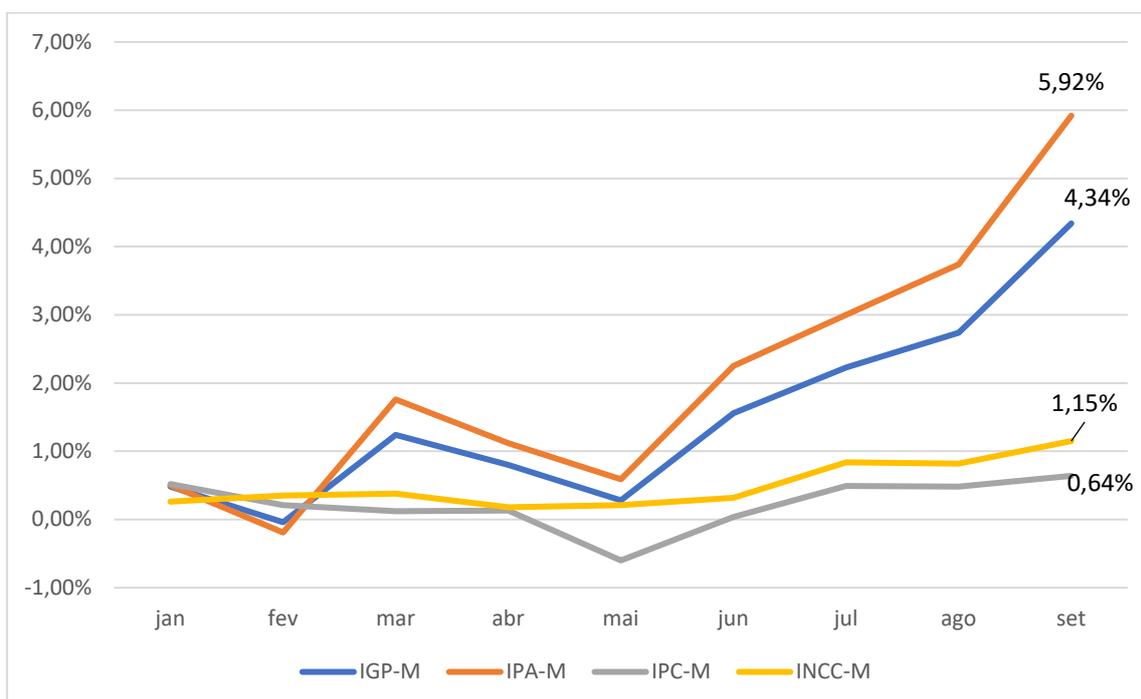
Todos os componentes do IGP-M apresentaram aceleração em setembro, sendo o IPA o índice com maior peso no resultado (5,92%), influenciado principalmente pelos preços das *commodities*. É o caso da soja, milho e arroz em casca, que subiram 14,32%, 14,89% e 38,93%, respectivamente. Em contrapartida, houve queda nos itens suínos (de 27,36% para 14,18%), café em grão (de 9,81% para 5,69%) e laranja (de 8,97% para 4,54%).

O IPC registrou alta de 0,64%. Três das oito classes de despesa apresentaram aumento, sendo que a principal contribuição foi a classe Educação, Leitura e Recreação (de -0,62% para 1,73%), com destaque para o

item passagem aérea, cuja taxa passou de -3,57% em agosto para 23,74% em setembro.

Já o INCC apresentou um aumento de 1,15% no período, ante 0,82% no mês anterior. Os três grupos componentes do INCC registraram pequenas variações de agosto para setembro: Materiais e Equipamentos (de 1,43% para 2,97%), Serviços (de 0,20% para 0,13%) e Mão de Obra (de 0,52% para 0,06%).

Gráfico 2.2 - Variação mensal por componente do IGP-M, setembro de 2020 (em %).



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Tabela 2.4 – Maiores influências positivas e negativas

Discriminação	Variação Percentual	
	Mês anterior	Mês atual
Maiores Influências Positivas		
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)		
Arroz	9,29	38,93
Milho	7,04	14,89
Soja	7,04	14,32
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)		

Passagem aérea	-3,57	23,74
Hortaliças e legumes	-7,20	-3,10
Gasolina	2,66	3,36
Índice Nacional do Custo da Construção (INCC)		
Materiais e equipamentos	1,43	2,97
Maiores Influências Negativas		
Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)		
Suínos	27,36	14,18
Café em grão	9,81	5,69
Laranja	8,97	4,54
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)		
Plano e seguro de saúde	0,60	-2,40
Combo de telefonia	0,69	0,00
Tarifa de eletricidade resid	1,51	0,49
Índice Nacional do Custo da Construção (INCC)		
Serviços	0,20	0,13
Mão de obra	0,52	0,06
Fonte: FGV IBRE		

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA acumulou alta de 2,44% - muito inferior à meta de 4% estabelecida pelo governo para 2020, enquanto o IGP-M chegou a 17,94%.

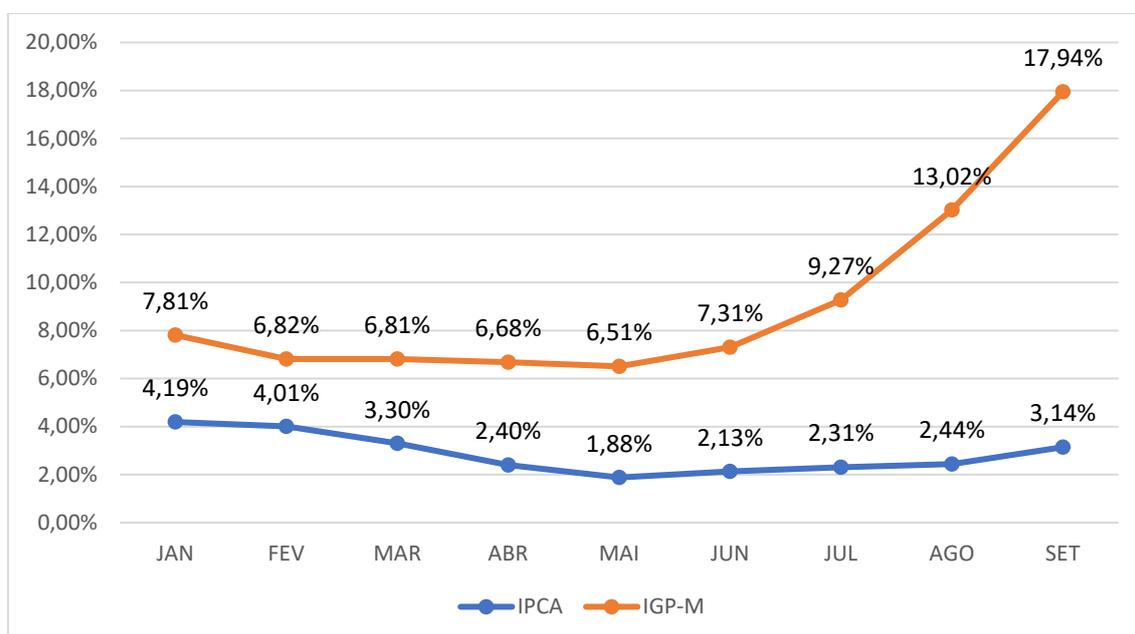
O descolamento se explica pelo fato de o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que engloba variações de preços nos setores industrial e agropecuário – como *commodities* e insumos – ter um peso de 60% do IGP-M e ser muito sensível à variação cambial. Neste caso, quando o câmbio sobe, os preços nestes setores também sobem.

Um outro motivo foi o desequilíbrio verificado neste ano, entre a oferta e demanda, por commodities industriais. Com a desvalorização cambial do real frente ao dólar, as exportações brasileiras foram favorecidas, ao mesmo tempo em que muitos países enfrentam uma crise de oferta em função dos efeitos causados pela pandemia.

Como consequência, o aumento das exportações pressionou os preços no mercado interno. Foi o caso do arroz, que até agosto/2020 acumulava alta de 19,3%, seguido por outros itens como o óleo de soja (18,6%), farinha de trigo (12,1%), feijão preto (28,9%), leite longa vida (23,0%), dentre tantos outros.

Por tratar-se de um índice que calcula os custos de produção, o IGP-M é utilizado como referência para reajuste de contratos, o que gera pressão inflacionária para o consumidor final. É o caso dos aluguéis, energia elétrica e telefonia, por exemplo.

Gráfico 2.3 – IGP-M e IPCA nos últimos 12 meses (em %).

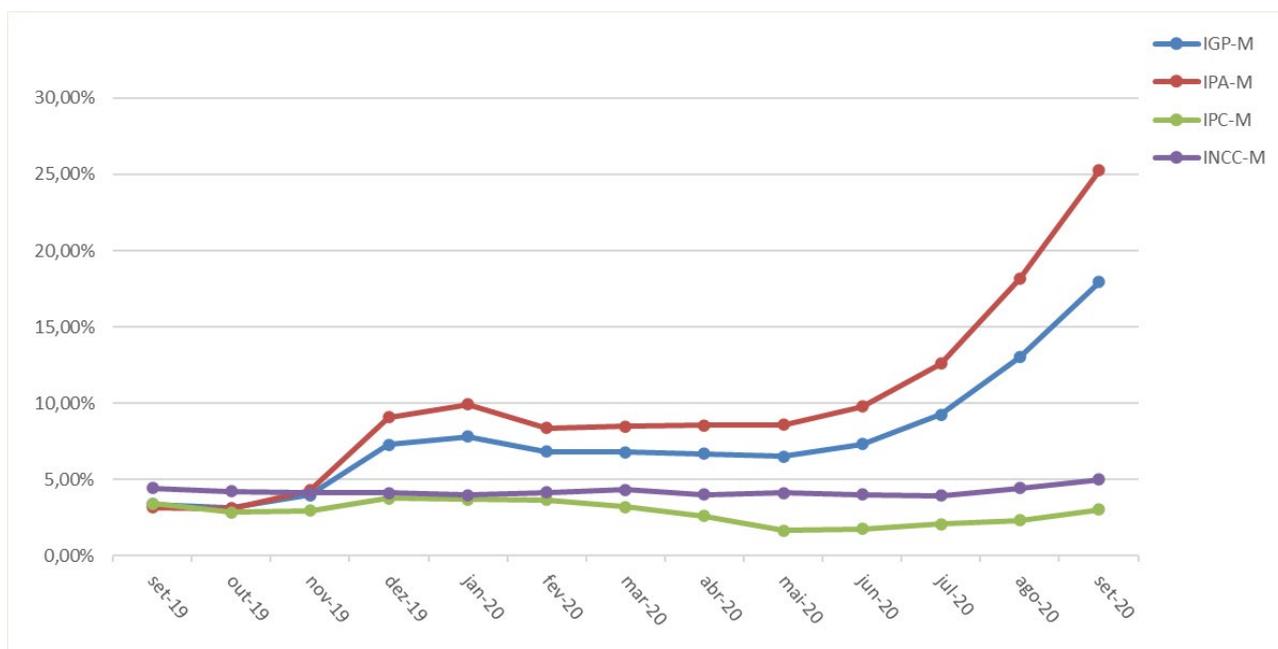


Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPA)

O índice de Preços ao consumidor Amplo (IPA) foi um dos principais indicadores que influenciaram essa alta dentro do IGP-M, ele já acumula uma alta de 25,26% nos últimos 12 meses e dentro do mês de setembro ele sobe 5,92% contra agosto 3,74%. Detalhando o índice encontramos uma alta de 2,83% no grupo de bens finais contra 1,25% do mês anterior, a principal influência para este resultado surge do subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de 2,98% para 5,99%, dentro do mesmo período.

Gráfico 2.4 – IGPM - Variação Percentual Acumulada em 12 Meses

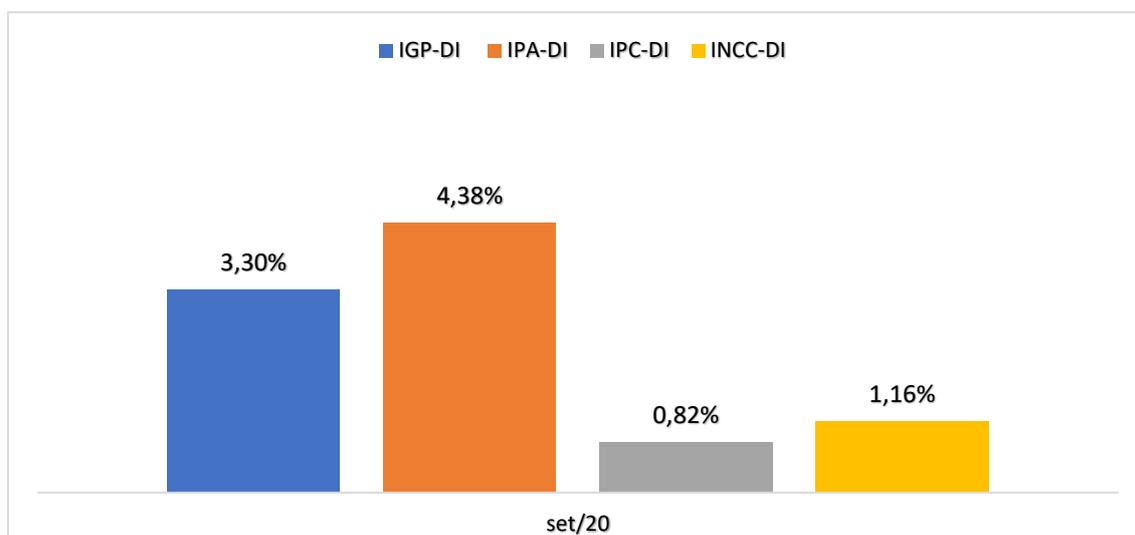


Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

IGP-DI- FGV Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 3,30% em setembro, percentual inferior ao apurado no mês anterior, quando havia registrado taxa de 3,87%. Com este resultado, o índice acumula alta de 14,80% no ano e de 18,44% em 12 meses. Em agosto de 2019, o índice havia variado 0,50% e acumulava elevação de 3,00% em 12 meses.

Gráfico 2.5 – IGP-DI, IPA-DI, IPC-DI e INCC - DI nos últimos 12 meses (em %).



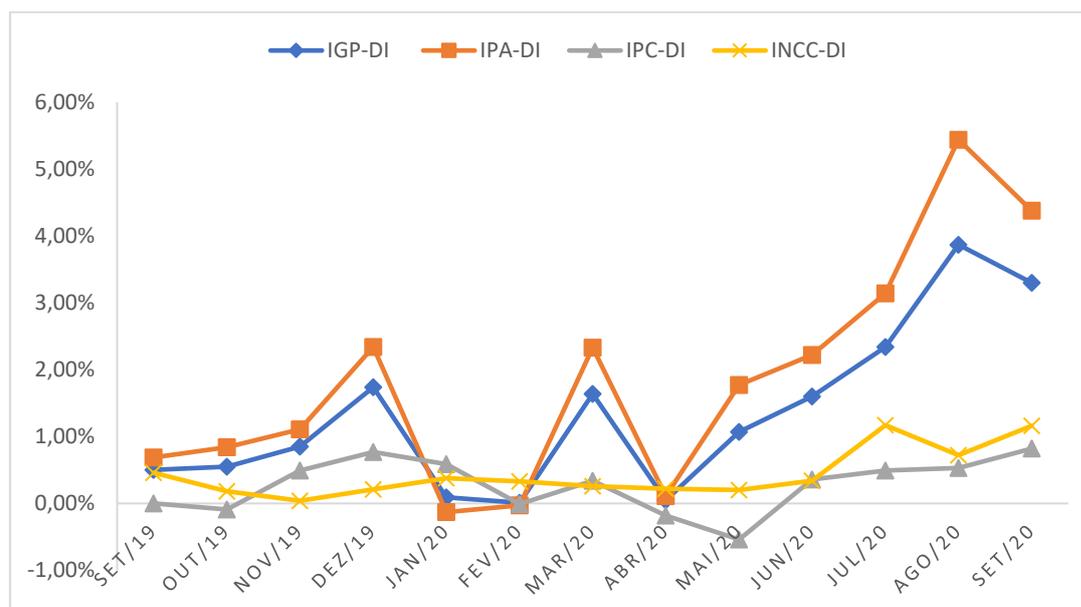
Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) variou 4,38% em setembro, após subir 5,44% em agosto. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais passou de 1,93% em agosto para 2,74% em setembro. O principal responsável por este avanço foi o subgrupo alimentos in natura, cuja taxa passou de -1,75% para 2,86%. O índice de Bens Finais (ex), que resulta da exclusão de alimentos in natura e combustíveis para o consumo, subiu 2,97% em setembro, contra 2,10% em agosto.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,82% em setembro, após variar 0,53% em agosto. Três das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação: Educação, Leitura e Recreação (0,05% para 3,19%), Alimentação (0,81% para 1,81%) e Vestuário (-0,45% para 0,01%). Nestas classes de despesa, vale mencionar o comportamento dos itens: passagem aérea (1,88% para 39,62%), arroz e feijão (1,09% para 10,92%) e roupas (-0,60% para -0,03%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 1,16% em setembro, ante 0,72% no mês anterior. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de agosto para setembro: Materiais e Equipamentos (1,76% para 3,08%), Serviços (0,10% para 0,24%) e Mão de Obra (0,12% para 0,00%).

Gráfico 2.6 - Variação mensal nos últimos 12 meses (em %).



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

A recente coleta de dados realizada pelo DIEESE em todo o território brasileiro registrou, no mês de setembro de 2020, um aumento significativo no preço do que conhecemos como Cesta Básica em todas as capitais pesquisadas. No mês de setembro as maiores altas foram observadas em Florianópolis (9,80%), que tem o maior custo de aquisição da cesta (R\$582,40), seguido de Salvador (9,70%) e Aracaju (7,13%). No ano os maiores aumentos foram observados em Salvador (27,41%), Aracaju (21,28%) e Recife (17,91%). No acumulado em 12 meses os destaques são : Salvador (33,12%), Aracaju (29,87%) e Florianópolis (28,02%), esses patamares de variação estão muito acima dos índices de preços ao consumidor, deixando claro que o aumento de preços para as famílias pobres e que consomem grande parte da sua renda com produtos estão sendo mais prejudicadas.

Tabela 2.5 – Custo de aquisição da Cesta Básica em setembro/20, variação percentual mensal, anual e em 12 meses

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Variação mensal (%)	Variação anual (%)	Variação em 12 meses (%)
Florianópolis	582,4	9,8	13,82	28,02
Rio de Janeiro	563,75	6,42	9,06	23,03
São Paulo	563,35	4,33	11,22	18,89
Porto Alegre	552,86	4,59	9,2	20,64
Vitória	539,36	5,87	8,04	25,71
Curitiba	524,25	3,7	14,25	23,41
Goiânia	510,52	5,66	12,26	30,46
Campo Grande	492,8	1,72	9,49	24,14
Belo Horizonte	491,62	2,83	10,5	25,76
Fortaleza	485,75	5,11	12,02	26,44
Recife	464,31	5,72	17,91	26,46
Salvador	459,33	9,7	27,41	33,12
Belém	459,21	4,01	10,89	20,18
Brasília	445,76	0,56	-5,94	6,13
João Pessoa	432,04	4,23	15,65	20,14
Aracaju	426,87	7,13	21,28	29,87
Natal	422,31	0,68	10,05	19,78

Fonte: DIEESE – Cesta Básica Nacional
 Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

3. Mercado de Trabalho

No trimestre móvel referente aos meses de maio a julho de 2020, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 13,8%. Esta estimativa apresentou aumento de 1,2 pontos percentuais em comparação com o trimestre de fevereiro a abril de 2020 (12,6%), essa elevada taxa de desocupação está associada com o baixo dinamismo da economia brasileira, principalmente com o seu baixo crescimento econômico. Contrariando o comportamento dos dados divulgados no trimestre anterior, indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar (nível da ocupação) foi estimado em 47,1% no trimestre de maio a julho 2020 no Brasil, apresentando queda de -4,5 pontos percentuais na comparação com o trimestre anterior.

As taxas de desocupação e subocupação e pessoas desalentadas também caíram, denotando que pessoas que já estavam há algum tempo a procura de emprego, desistiram em meio ao cenário crítico de crise. A informalidade no país representa 38% dos ocupados

Tabela 3.1. Taxa e variação de desocupação, ocupação, subutilização e participação na força de trabalho por trimestre.

Total	mai-jun-jul 2019	fev-mar-abr 2020	mai-jun-jul 2020	Var. Trimestre Anterior	Var. Ano Anterior
Taxa de desocupação	11,8	12,6	13,8	1,2	2,0
Nível da ocupação	54,7	51,6	47,1	-4,5	-7,6
Taxa de participação na força de trabalho	62,1	59,0	54,7	-4,3	-7,4
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	18,7	18,5	19,9	1,3	1,1
Taxa de pessoas desalentadas na população na força de trabalho	58,90	51,50	41,40	-10	17,5

Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

O número de pessoas desocupadas totaliza um contingente de 13,1 milhões de pessoas, comparado ao trimestre anterior, esse contingente representa um aumento de 2,5%, quando o país somava 12,8 milhões de

desocupados, e em comparação ao mesmo período de 2019, o total de desocupados no país subiu 4,5%, quando o número era de 12.569 milhões de desocupados. O número de pessoas ocupadas soma 82.027, apresentando uma redução de 7,2 milhões de pessoas em relação ao trimestre anterior e – 11,5 milhões em relação ao mesmo período de 2019, uma variação de – 8% e – 12%, respectivamente.

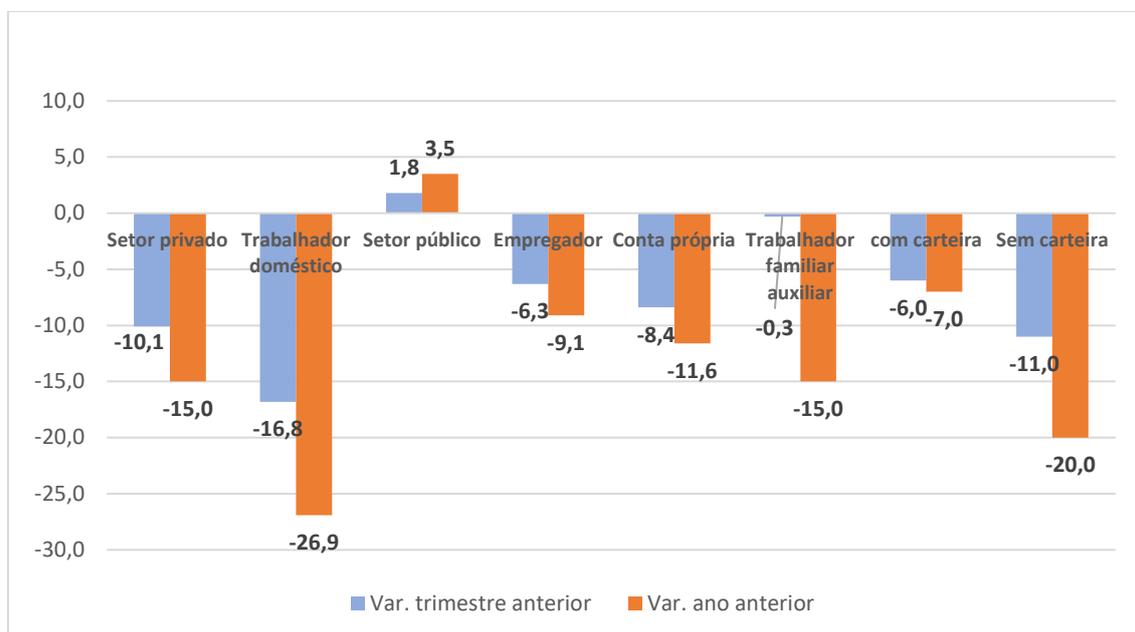
Tabela 3.2. Indicadores por condição em relação à força de trabalho e condição na ocupação (Mil pessoas).

Total	mai-jun-jul 2019	fev-mar-abr 2020	mai-jun-jul 2020	Var. Trimestre Anterior	Var. Ano Anterior
Na força de trabalho	106.153	102.052	95.158	-6,8%	-10,4%
Ocupados	93.584	89.241	82.027	-8,1%	-12,3%
Desocupados	12.569	12.811	13.130	2,5%	4,5%
Fora da Força de Trabalho	64.822	70.926	78.956	11,3%	21,8%

Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

As variações em relação a posição na ocupação, apresentaram queda geral com relação ao ano passado e trimestre anterior. Pode-se observar que as quedas mais acentuadas em relação ao trimestre anterior são do número de trabalhadores Sem Carteira 14,2% e Trabalhador Doméstico de 16,8%. Empregos formais apresentou uma queda de 8,8% em relação ao trimestre anterior e queda de 11,3% em relação a 2019. A única posição que apresentou crescimento foram os empregos do Setor Público, apresentando aumento de 1,8% em relação ao trimestre anterior e 3,5% em relação ao ano anterior.

Gráfico 3.1 Variação percentual da ocupação por posição – Maio, junho e julho de 2019/ Maio, junho e julho de 2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Em relação aos setores de atividade econômica, com exceção da Administração Pública que apresentou estabilidade todas as atividades apresentaram forte redução entre os trimestres respectivos de 2019 e 2020. A maior queda percentual foi observada na atividade de alojamento e alimentação (-30%) ou 1,6 milhões de postos de trabalho. Em número de vagas fechadas, os destaques foram no setor de comércio (-2,5 milhões), e serviços domésticos (-1,7 milhões).

Tabela 3.3 – Ocupados e taxa de variação por grupamento de atividade –
Maio, junho e julho de 2020/2019 (em milhares de pessoas)

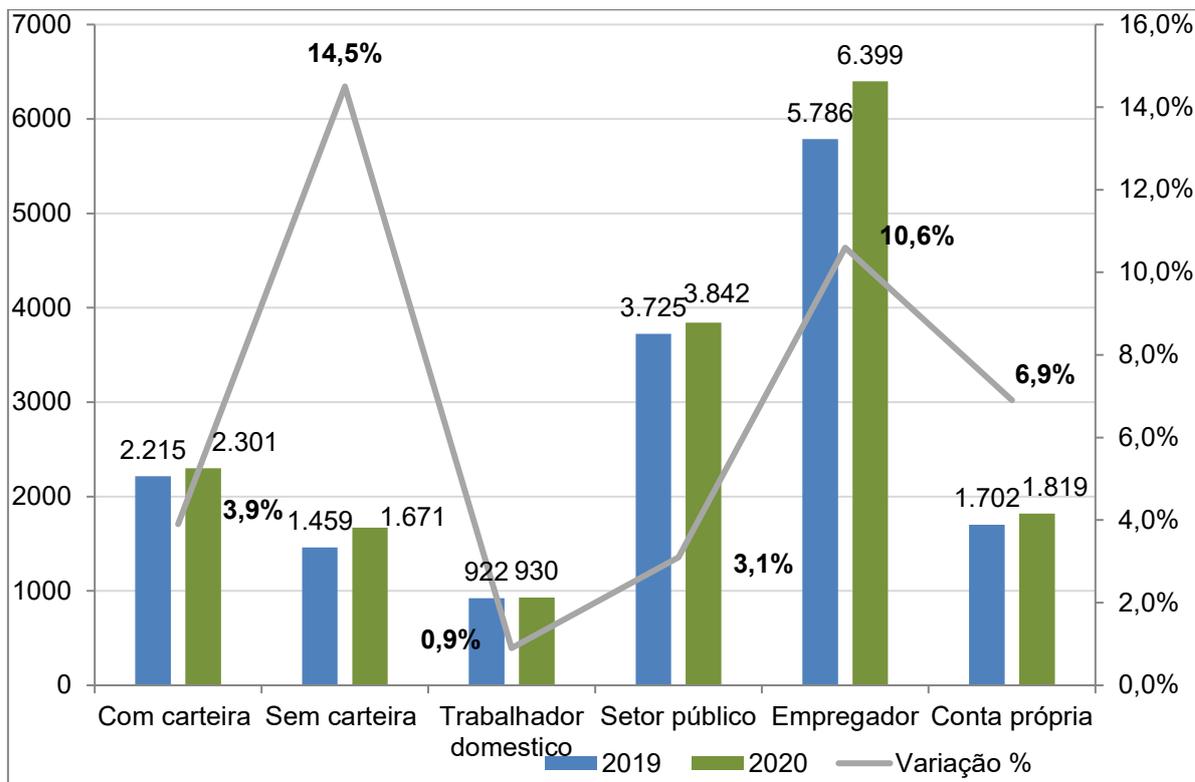
Grupamentos de atividade	mai-jun-jul 2019	mai-jun-jul 2020	Varição Absoluta	Varição %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.648	8.049	-599	-6,9
Indústria geral	12.044	10.520	-1.524	-12,7
Construção	6.650	5.336	-1.313	-19,7
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	17.540	15.091	-2.449	-14,0
Transporte, armazenagem e correio	4.827	4.161	-665	-13,8
Alojamento e alimentação	5.415	3.790	-1.625	-30,0
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e atividades intelectuais	10.529	9.999	-530	-5,0
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16.495	16.503	8	0,0
Outros serviços	5.088	3.942	-1.146	-22,5
Serviços domésticos	6.326	4.625	-1.701	-26,9

Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Rendimentos

Mesmo após acontecimentos relativos à pandemia, os dados da PNAD Contínua não mostraram quedas no rendimento. Um crescimento significativo de 14,5% foi verificado para o empregado sem carteira assinada e de 10,6% para o empregador.

Gráfico 3.2 Rendimento real médio por posição na ocupação – Maio, junho e julho de 2019/2020



Fonte: IBGE – PNAD Contínua
 Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Não houve quedas significativas nos setores em relação ao mesmo período no ano passado. O desempenho que recebeu maior ênfase de rentabilidade, foi a Indústria geral (11,4%) seguido de Outros serviços (10,5%) e Alojamento e alimentação (7,3%).

Tabela 3.4 - Rendimento real médio por grupamento de atividade (em R\$)

Grupamentos	mai-jun-jul 2019	mai-jun-jul 2020	Variação %
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.347	1.409	4,6
Indústria geral	2.333	2.599	11,4
Construção	1.805	1.906	5,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.867	1.976	5,9
Transporte, armazenagem e correio	2.282	2.278	-0,2
Alojamento e alimentação	1.453	1.559	7,3

Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	3.302	3.457	4,7
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.472	3.637	4,7
Outros serviços	1.684	1.860	10,5
Serviços domésticos	922	930	0,9

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

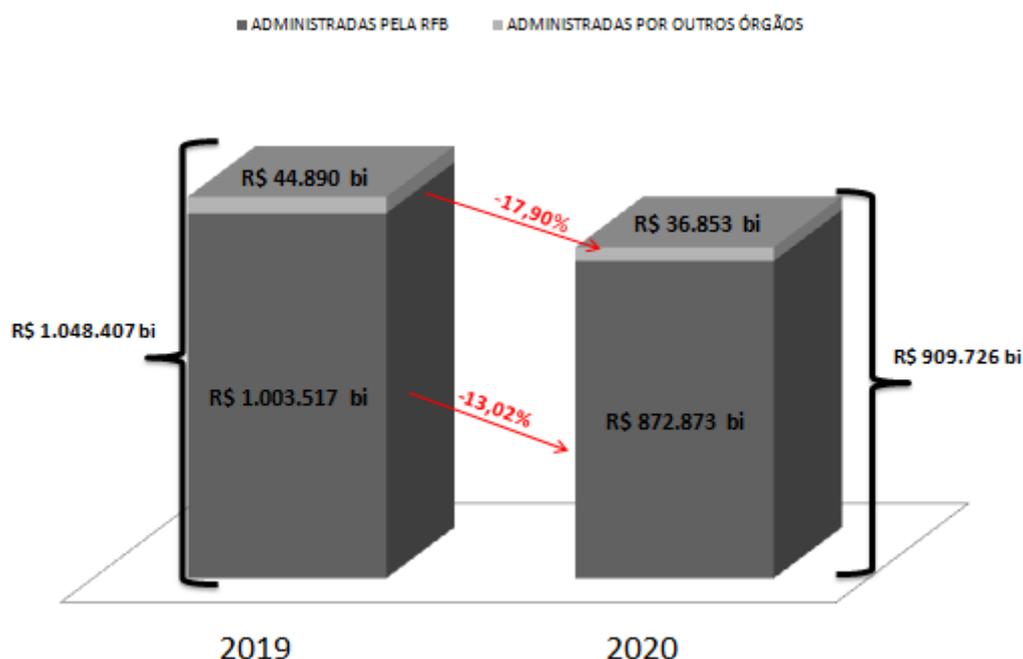
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

4. Contas Públicas

Receitas, despesas e resultado

Apesar da queda na arrecadação geral, o governo federal registrou alta real de 1,3% no mês de agosto, na comparação com o mesmo período de 2019, somando R\$ 124,5 bilhões. É o maior montante para o mês desde 2014, quando o Fisco arrecadou R\$ 127,4 bilhões, marcando a retomada do pagamento de impostos que estavam previstos para abril. Podemos dizer que essa é o primeiro resultado positiva mensal, indicando recuperação da economia no período da pandemia, mas isso não quer dizer que a atividade econômica voltou 100% ainda.

Gráfico 4.1 Arrecadação acumulada das Receitas Federais Jan-Ago/2019 e Jan-Ago/2020



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Abril de 2020
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Dessa forma, a arrecadação total de janeiro a agosto sofreu uma redução de 13,23%, uma diferença de – R\$ 138 bilhões. O IOF apresentou a maior redução (38%) em comparação com o ano passado,

essa queda pode ser explicada, em grande parte, pela adoção da alíquota zero em operações de crédito instituída em 3 de abril de 2020 e que deverá se estender até 2 de outubro desse mesmo ano.

No caso do IPI, que caiu 12,92% em comparação com o mesmo período de 2019, foi devido em grande parte pela queda do volume do consumo interno de carros, cerca de 32% (comparado de dezembro de 2019 a julho de 2020 com a mesma época no ano anterior) de acordo com a Anfavea, que fez com que o IPI- automóvel caísse 54,54% e também pela queda de 19,92% do IPI-outros causado pela queda na produção industrial.

Sobre o Imposto de Renda (IR) uma queda tanto no de pessoa física quanto no de pessoa jurídica ou de retido na fonte. No IRPF a queda se justifica pelo postergamento dos recolhimentos do ajuste anual. Sobre o IPRJ o desempenho é explicado pelo incremento real de 41,47% na arrecadação referente ao ajuste anual. E no IRRF, se deu praticamente pela queda de 2,67% relacionado a massa salarial.

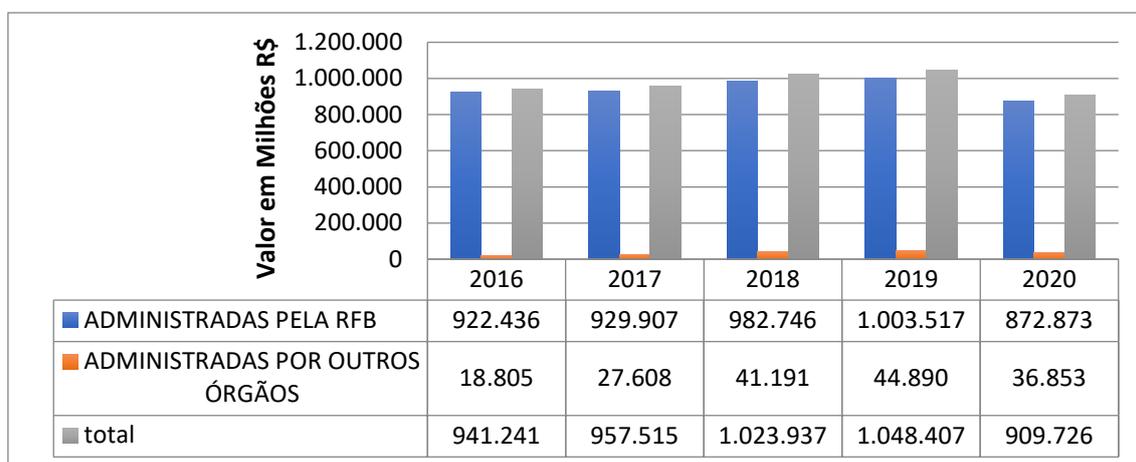
Tabela 4.1 Evolução da arrecadação administrada pela RFB – (em R\$ milhões)

RECEITAS	Receita Jan- Ago/20 (A)	Receitas Jan- Ago/19 (B)	(A-B)	(A-B)/(B) %
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	27.847	28.844	-997	-3,46%
I.P.I-TOTAL	33.279	38.218	-4.939	-12,92%
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	285.360	302.631	-17.271	-5,71%
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	26.572	27.940	-1.368	-4,90%
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	113.218	122.008	-8.790	-7,20%
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	145.571	152.683	-7.112	-4,66%
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	16.641	27.237	-10.596	-38,90%
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	193	219	-26	-11,87%
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	130.482	172.734	-42.252	-24,46%
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	38.123	46.616	-8.493	-18,22%

CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	58.827	65.364	-6.537	-10,00%
CIDE-COMBUSTÍVEIS	977	1.886	-909	-48,20%
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	23.975	21.494	2.481	11,54%
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	13.872	15.157	-1.285	-8,48%
SUBTOTAL	629.577	720.399	-90.822	-12,61%
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	243.296	283.118	-39.822	-14,07%
ADMINISTRADAS PELA RFB	872.873	1.003.517	-130.644	-13,02%
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS	36.853	44.890	-8.037	-17,90%
TOTAL GERAL	909.726	1.048.407	-138.681	-13,23%

Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Agosto de 2020
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Gráfico 4.2 Evolução da Arrecadação administradas pela RFB e administradas por outros órgãos.



Fonte: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Agosto de 2020
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

DESPESAS

Na área despesas públicas, segundo os dados do portal da transparência indicam que os maiores gastos está relacionado ao refinanciamento da dívida interna com um total de R\$703,7 bilhões (24%), seguida de serviços da dívida interna de R\$593,4 bilhões (20%) que somados corresponde a R\$1,29 trilhão

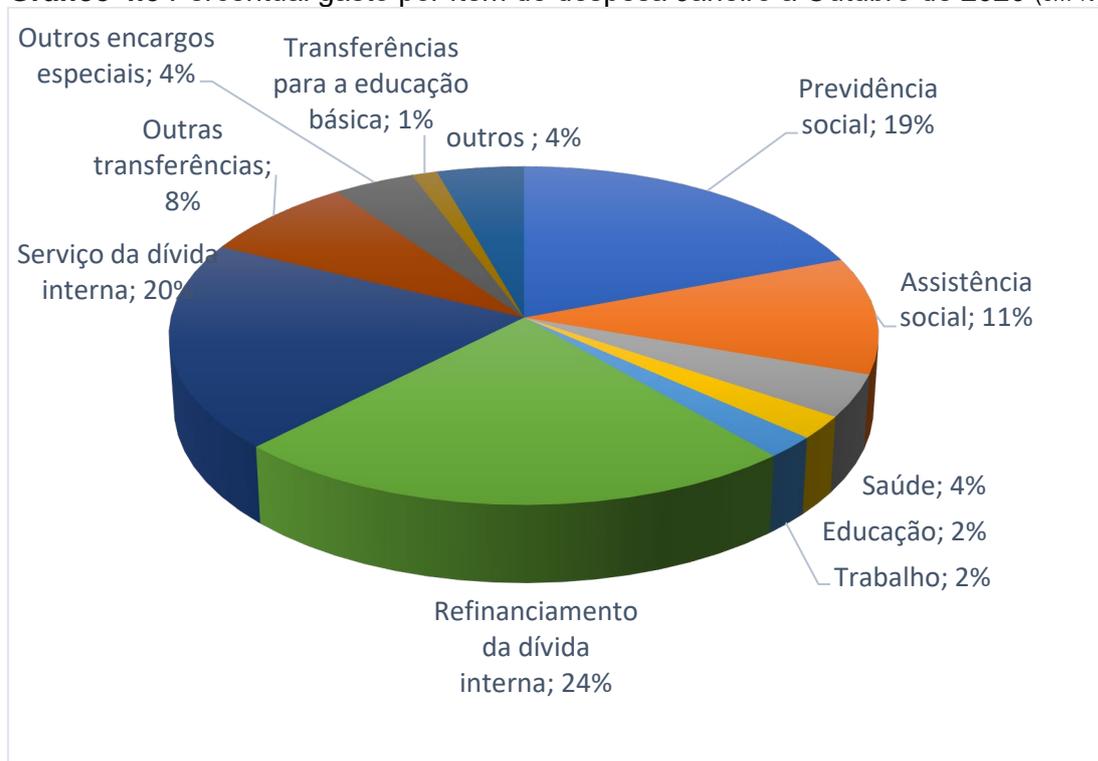
(44%), o serviço de previdência social com um total de R\$ 570,5 bilhões, ou 19% do total das despesas, bem distante estão os gastos de assistência social, com R\$ 332,4 bilhões, ou 11% do total. Saúde e Educação aparecem em patamares bem mais baixos, com apenas R\$ 121,5 bilhões (4%) e R\$ 34,86 bilhões (2%).

Tabela 4.2 Despesas realizadas até outubro de 2020, por item de despesa (em R\$)

ÁREA DE ATUAÇÃO	VALOR
Previdência social	R\$ 570.592.312.893,65
Assistência social	R\$ 332.419.002.893,46
Saúde	R\$ 121.853.047.222,48
Educação	R\$ 65.723.145.141,59
Trabalho	R\$ 62.845.614.612,47
Refinanciamento da dívida interna	R\$ 703.693.027.303,58
Serviço da dívida interna	R\$ 593.480.361.146,71
Outras transferências	R\$ 236.980.159.374,72
Outros encargos especiais	R\$ 121.392.898.078,97
Transferências para a educação básica	R\$ 38.178.162.102,81
outros	R\$ 130.864.201.301,54
total	R\$ 2.978.021.932.071,98

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Gráfico 4.3 Percentual gasto por item de despesa Janeiro a Outubro de 2020 (em %)



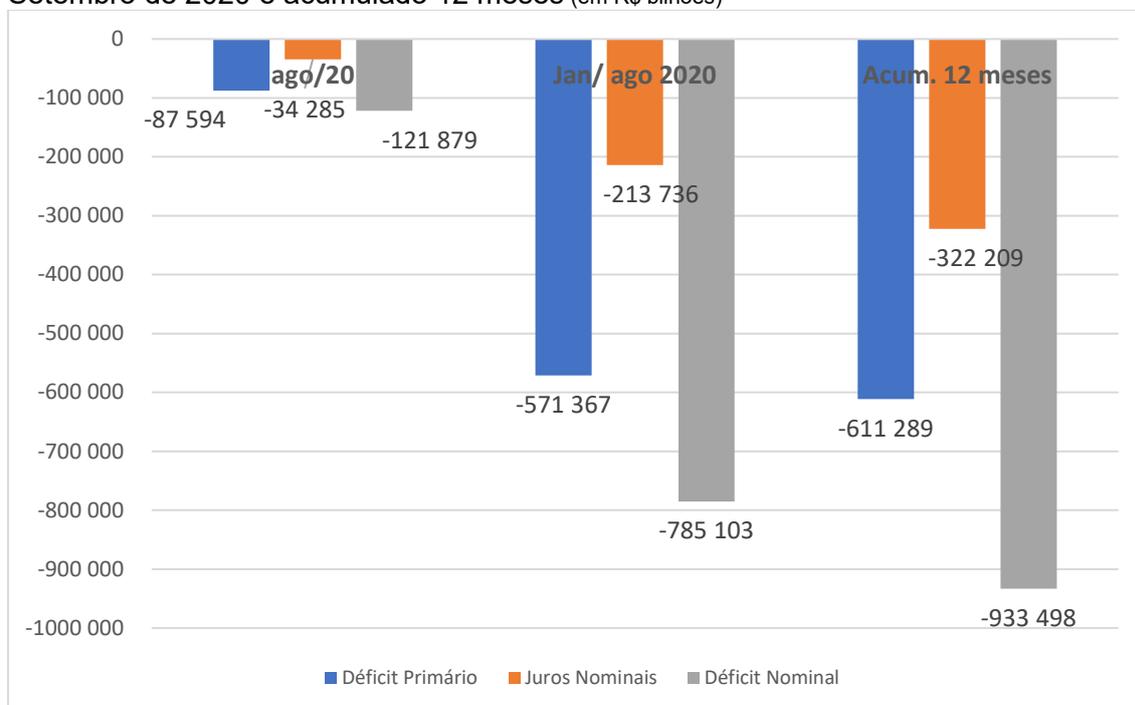
Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
 Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, referentes a agosto de 2020, o setor público registrou um déficit primário de R\$ 87,5 bilhões.

O pagamento de juros nominais chegou ao patamar de R\$ 34,2 bilhões em agosto de 2020, no acumulado de 12 meses os juros nominais atingiram a cifra de R\$ 322,2 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado nominal (resultado primário + juros nominais) foi deficitário em R\$ 933,5 bilhões (11 % do PIB).

Em função da pandemia do COVID-19, a arrecadação dos governos foi reduzida, elevando as despesas e o déficit nominal em junho.

Gráfico 4.4 Juros Nominais e Resultado – Setor Público Consolidado
Setembro de 2020 e acumulado 12 meses (em R\$ bilhões)

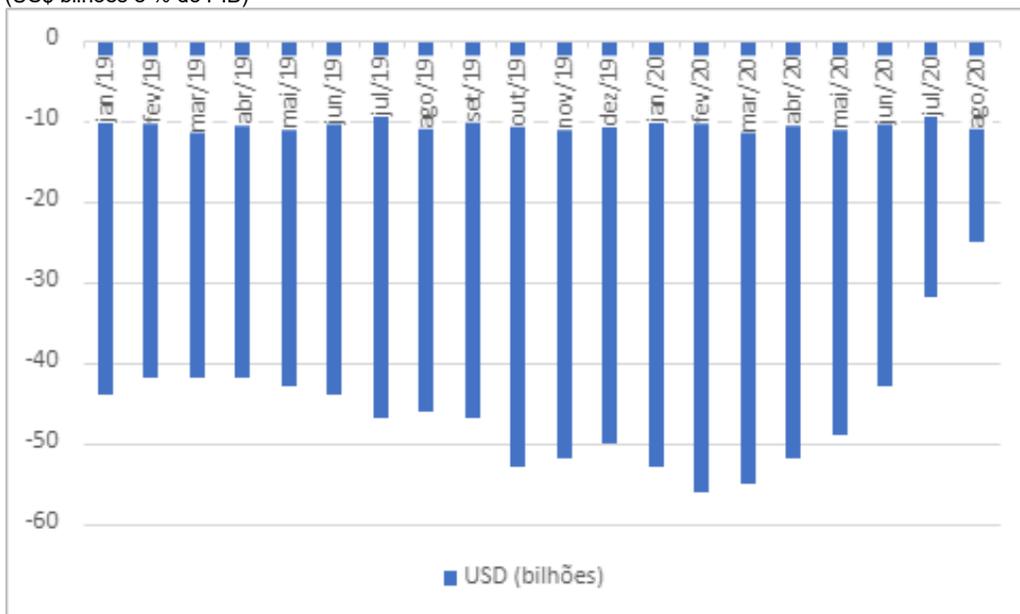


Fonte: Banco Central do Brasil – Nota à Imprensa de Estatísticas Fiscais
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

5. Contas Externas

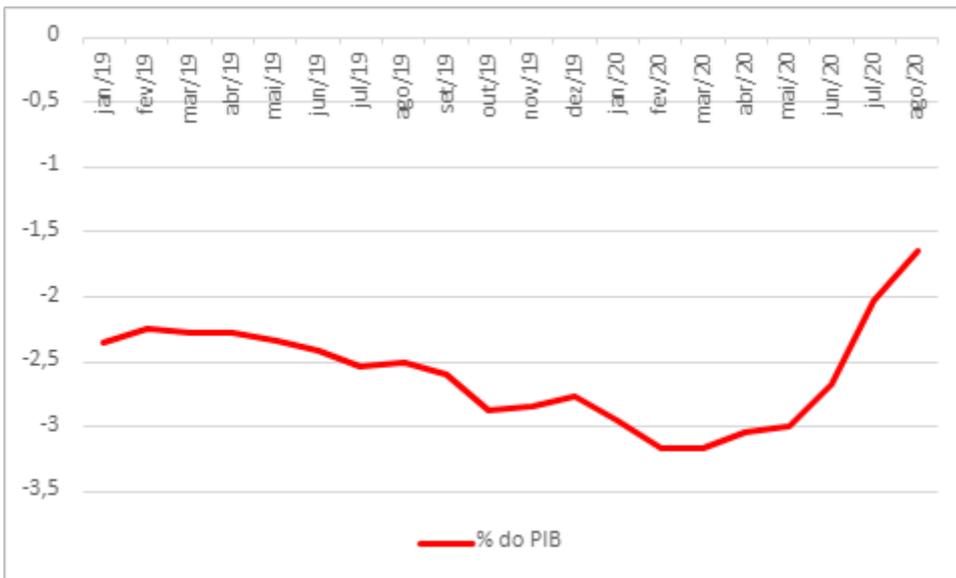
No mês de agosto de 2020 o resultado em transações apresentou superávit pelo quinto mês consecutivo, US\$3,7 bilhões, ante déficit de US\$3,0 bilhões no mesmo mês de 2019. Esta reversão seguiu a tendência observada no mês de julho e ocorreu em função da alta de US\$2,4 bilhões no superávit da balança comercial de bens e das reduções de US\$3,5 bilhões e de US\$882 milhões nos déficits em renda primária e serviços, respectivamente. Nos 12 meses encerrados em abril, o déficit em transações correntes somou US\$25,4 bilhões (1,64% do PIB), ante US\$32,2 bilhões (2,03% do PIB) em julho de 2020.

Gráfico 5.1 – Transações correntes - Acumulado nos últimos 12 meses
(US\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

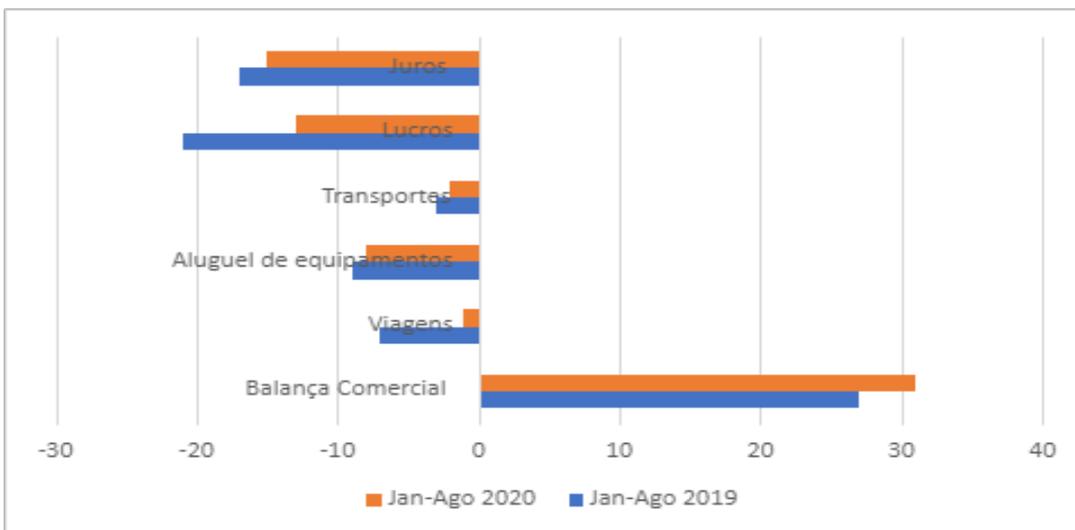
Gráfico 5.2: Transações correntes - acumulado em 12 meses - (% do PIB)



Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

O déficit na conta de serviços atingiu US\$1,3 bilhão no mês, 9,8% inferior ao resultado de agosto de 2019. A conta de viagens ainda reflete os impactos da pandemia neste setor, com diminuição interanual de 85,4% nas despesas líquidas, para US\$123 milhões de dólares em agosto de 2020, em comparação a US\$842 milhões no mesmo mês de 2019. Destaca-se a redução de 80,5% nas despesas líquidas de transportes de US\$477 milhões para US\$93 milhões.

Gráfico 5.3: Transações correntes Jan-Ago/19 – Jan-Ago/20 (USD bilhões)

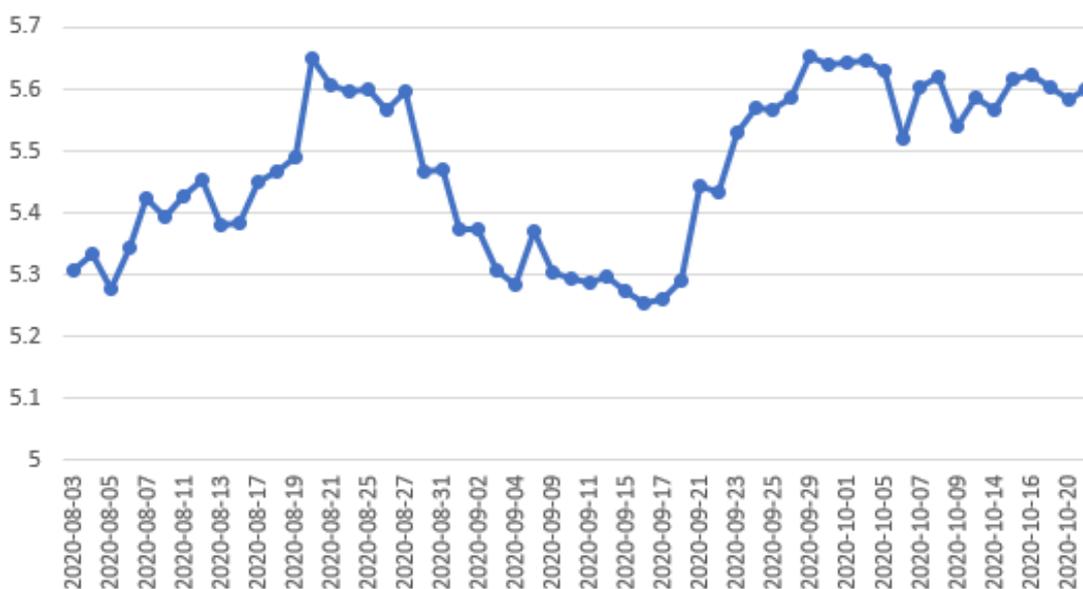


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Câmbio

Muito influenciado pelas incertezas geradas pela pandemia, o dólar se manteve no trimestre Agosto-Outubro sempre acima de R\$ 5,00 e a tendência é que se mantenha assim, apesar da leve queda no período 27/08 à 21/09 ao menos até o final do ano.

Gráfico 5.4 – Cotação diária do dólar no período de Agosto a Outubro.

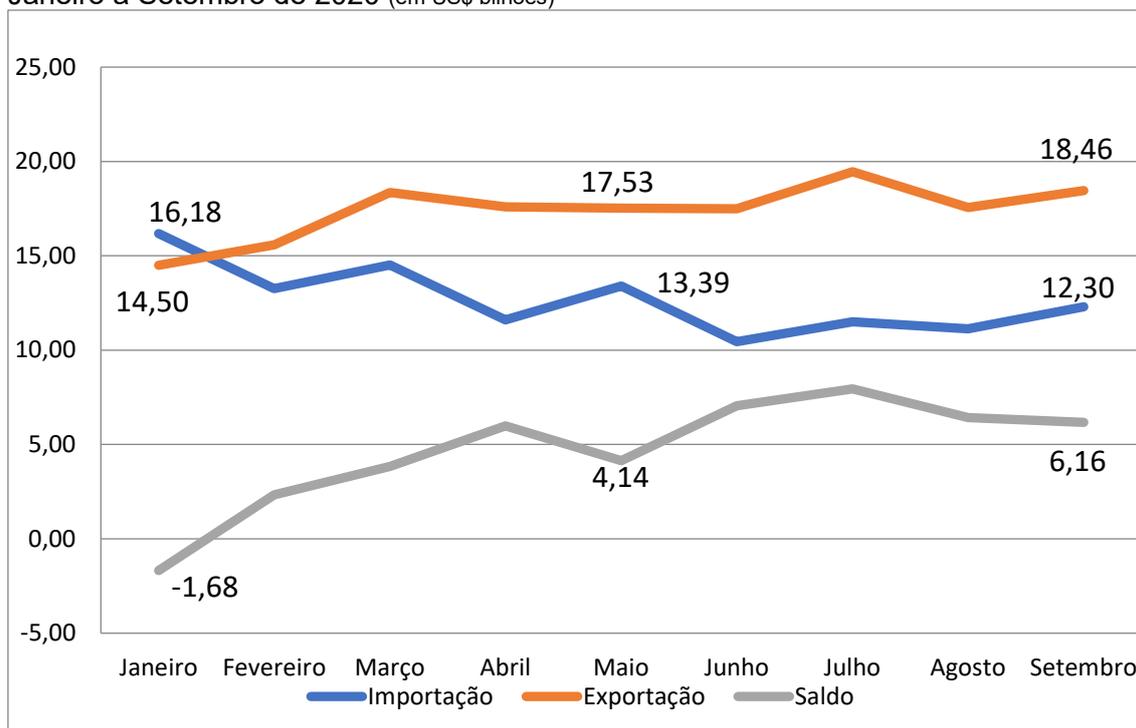


Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Exportações e importações

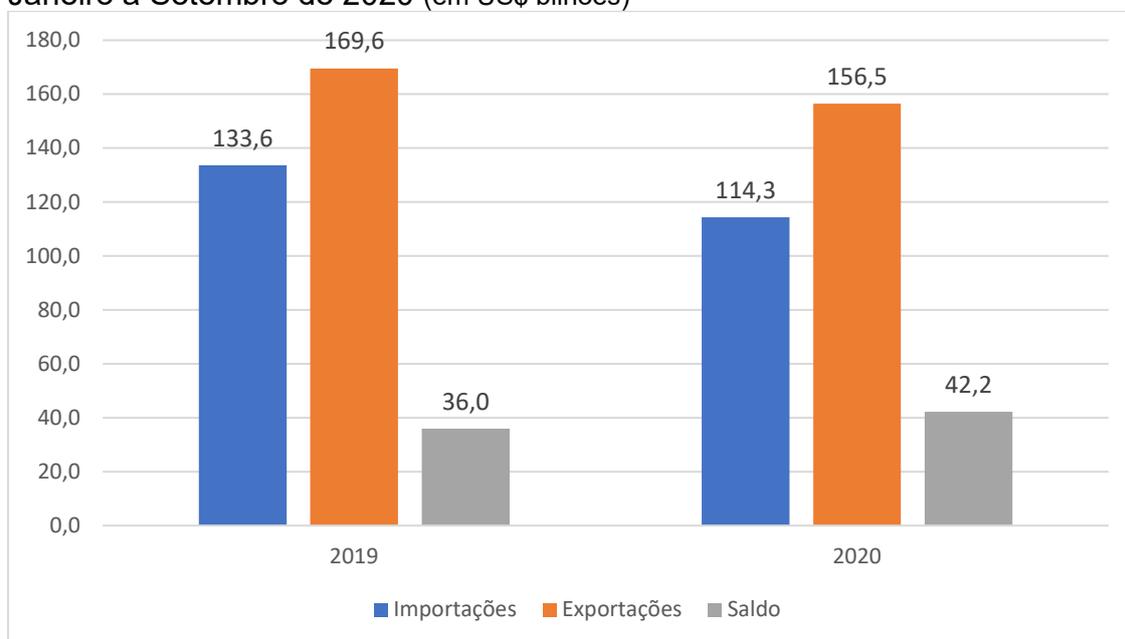
As importações brasileiras somaram US\$12,3 bilhões no mês de setembro de 2020, uma retração de 25,5% em relação a setembro de 2019. Na mesma base de comparação, as exportações caíram 9,1%, para US\$18,5 bilhões. Contabilizando o valor acumulado do período de janeiro à setembro de 2020, observamos uma queda tanto nas importações quanto nas exportações em comparação ao mesmo período em 2019, sendo que as mesmas totalizaram-se em US\$114,3 bilhões e US\$156,5 bilhões respectivamente. No entanto o saldo da balança comercial foi de superávit em 2020 e atingiu US\$42,1 bilhões, aumento de 14,8% comparativamente aos US\$35,9 bilhões observados no mesmo período em 2019.

Gráfico 5.5 – Exportações, Importações e Saldo Comercial
 Janeiro a Setembro de 2020 (em US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Gráfico 5.6 – Exportações, importações e saldo comercial
 Janeiro a Setembro de 2020 (em US\$ bilhões)

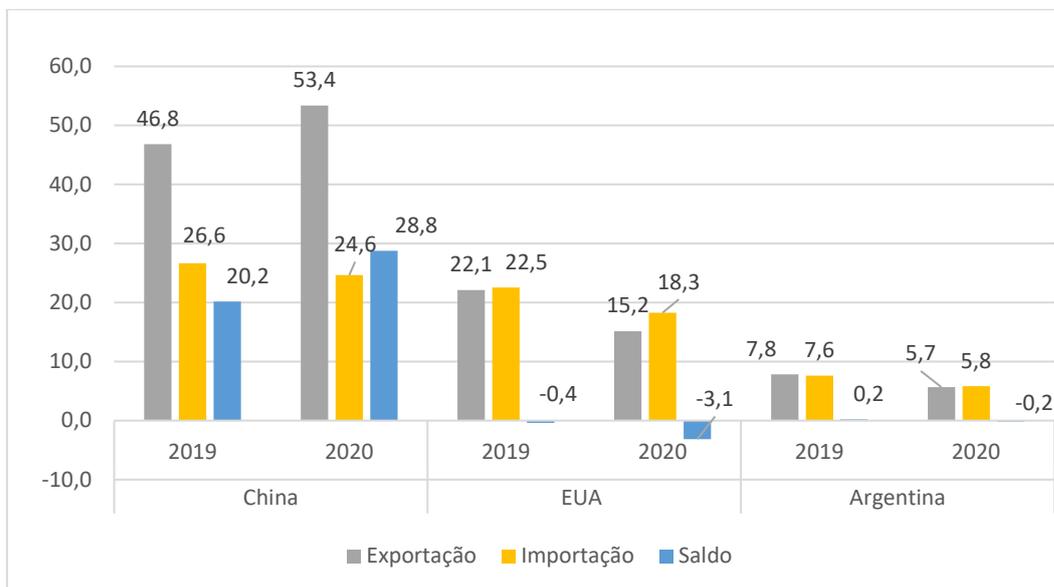


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Parceiros Comerciais

A maior parte do fluxo comercial internacional brasileiro se deu com a China, onde o valor exportado em setembro de 2020 aumentou em relação a 2019, de US\$5,3 para US\$6 bilhões, enquanto as importações se mantiveram estáveis, de US\$2,9 para US\$2,8 bilhões. O valor total exportado para a China no período de janeiro à setembro de 2020 cresceu 12,4% em relação a 2019, para US\$53,3 bilhões, já o valor importado no mesmo período caiu para US\$24,6 bilhões, uma retração de 8,1%. Isso nos traz a um saldo superavitário de US\$28,7 bilhões nas relações comerciais com a China, desde janeiro até setembro de 2020, um crescimento grande comparado com o valor do mesmo período de 2019, de US\$20,1 bilhões. Em segundo lugar seguem as relações comerciais com os Estados Unidos, onde o Brasil exportou US\$1,7 bilhões em setembro de 2020, uma queda notável em comparação aos US\$2,2 bilhões exportados no mesmo mês do ano anterior, algo similar também pode ser notado nas importações, que caíram de US\$2,4 para US\$1,8 bilhões. Os valores acumulados exportados e importados nos primeiro sete meses deste ano também caíram em comparação a 2019, para US\$15,1 e US\$18,2 bilhões respectivamente. Já o déficit da balança comercial com os Estados Unidos até o presente setembro de 2020 foi de em US\$3,1 bilhões, em comparação com o déficit de US\$398 milhões até setembro de 2019. com No distante terceiro lugar apresenta-se a Argentina, com o valor de exportações de US\$818 milhões no mês de setembro de 2020, um aumento de 3,7% dos US\$788 milhões em setembro de 2019, e importações no valor de US\$710 milhões, uma leve queda comparado ao valor do mesmo mês do ano anterior. Porém no montante acumulado tanto as exportações quanto as importações sofreram quedas, de US\$7,8 para US\$5,6 bilhões e de US\$7,6 para US\$5,8 bilhões. Essas transações traduziram-se em um saldo deficitário que se manteve estável em US\$165 milhões, uma mudança diminuta em relação ao déficit de US\$183 milhões do ano de 2019.

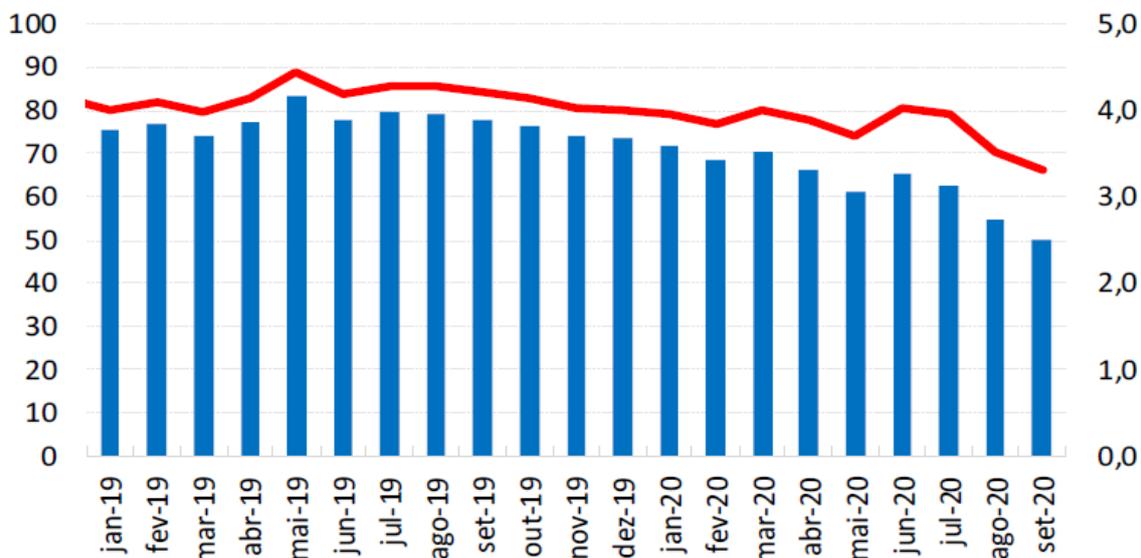
Gráfico 5.7 – Importações, exportações Janeiro a Setembro de 2020 e 2019 valor acumulado Argentina (em US\$ bilhões)



Investimento direto

Em agosto, os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$1,4 bilhão, ante US\$9,5 bilhões no mesmo mês de 2019. Nos doze meses encerrados em agosto de 2020, o IDP totalizou US\$54,5 bilhões, (3,51% do PIB) em comparação a US\$62,6 bilhões (3,94% do PIB) no mês anterior.

Gráfico 5.8 – Investimento Direto no País - Acumulado em 12 meses (US\$ bilhões e % do PIB)



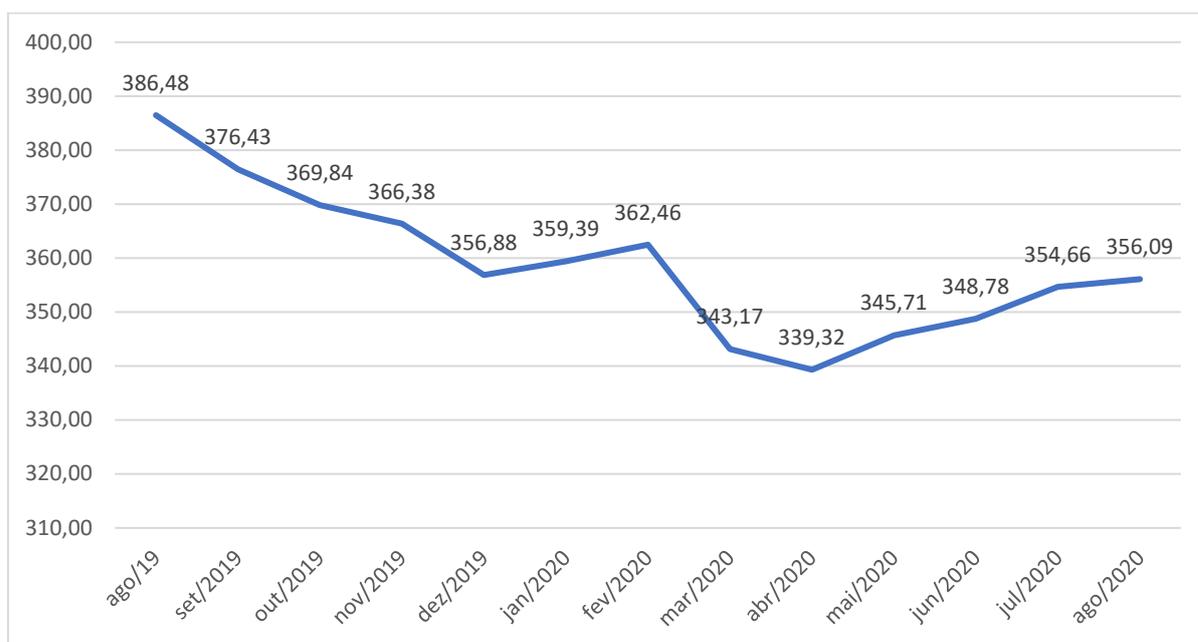
Fonte e elaboração: Banco Central

Reservas internacionais

O saldo das reservas internacionais atingiu US\$356,6 bilhões em agosto de 2020. Houve um acréscimo de US\$1,42 bilhões neste estoque em relação ao saldo do mês de julho. Esta variação se justifica, principalmente, devido aos desembolsos, que contribuíram com US\$2,72 bilhões para elevar o estoque das reservas.

Os demais índices de acordo com os dados do Banco Central do Brasil contribuíram de forma mais distribuída para que o saldo das reservas internacionais se elevasse.

Gráfico 5.9 – Reservas internacionais – Posição do estoque no final do mês Ago/2019 – Ago/2020 (US\$ bilhões)



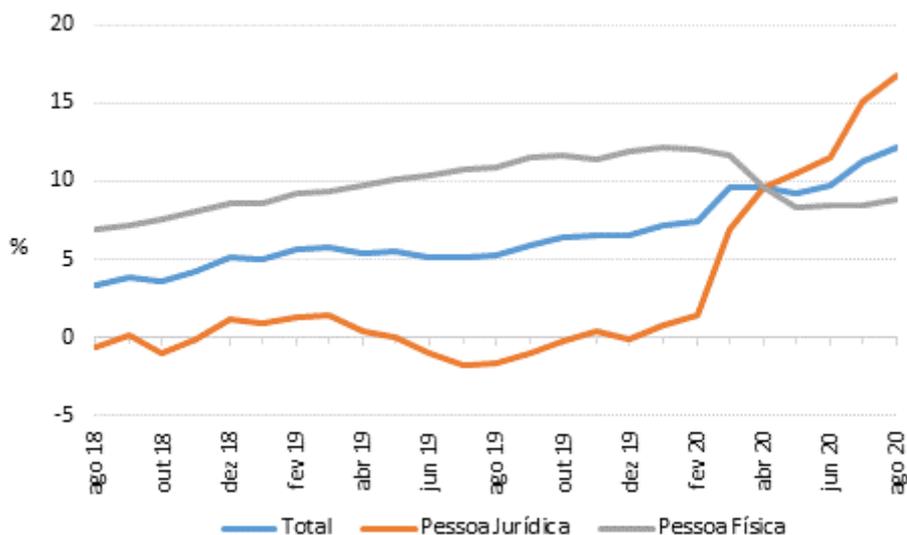
Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

6. Crédito e Juros

Os saldos das operações de crédito atingiram do Sistema Financeiro Nacional do mês de agosto alcançou R\$ 3,7 trilhões em agosto, como resultado da expansão mensal de 2,4% da carteira de pessoa jurídica e expansão mensal de 1,5% para pessoas físicas.

De acordo com o Banco Central “Em doze meses, o crescimento da carteira total acelerou de 11,3% para 12,1%, estimulado pelas operações com empresas (de 15,1% para 16,7%), enquanto as operações com famílias elevaram-se de 8,4% para 8,8%.”

Gráfico 6.1: Saldos totais de crédito- Variação de 12 meses



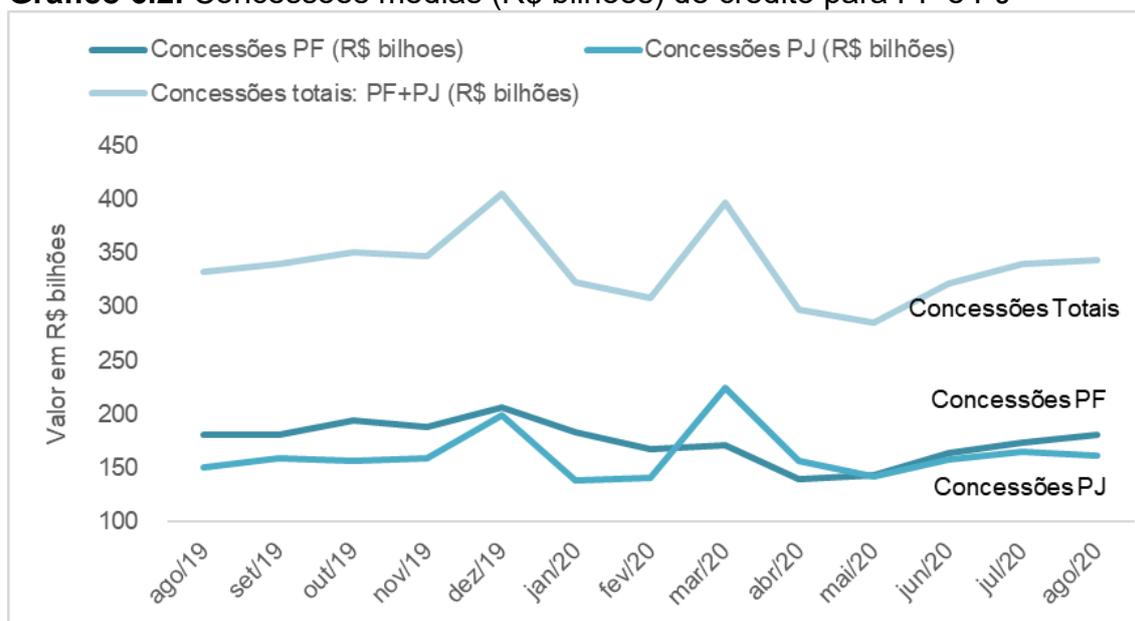
Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Para o saldo das carteiras de crédito livre o total do mês de agosto foi R\$1.135,2 bilhões, com crescimento mensal de 1,65% as modalidades que se destacaram para as famílias foram o crédito pessoal, com maior destaque para o empréstimo consignado, o financiamento para aquisição de veículo e cartão de crédito. Já para as empresas o total do mês de agosto foi R\$1043,2 bilhões, com crescimento mensal de 2,23% as modalidades de maior destaque foram

capital de giro, financiamentos a exportações e desconto de duplicatas e recebíveis.

No mês de agosto as concessões totais de crédito somaram R\$343,1 bilhões, sendo que as concessões ao público pessoa física (PF) representaram 53% do total, com o valor de R\$181,5 bilhões, frente aos 47% de representatividade do público pessoa jurídica (PJ) com o valor de R\$161,5 bilhões. Em comparação com o mês anterior, houve elevação das concessões totais de 0,971%, com destaque para o aumento de 4,13% do crédito concedido a família e contração de -2,36% para pessoas jurídicas. De acordo com o Banco Central do Brasil, quando se compara o acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2019, as concessões totais cresceram 5,6%, pela elevação em para o público pessoas jurídicas de 14,2%, e contração em pessoas físicas de -1,6%.

Gráfico 6.2. Concessões médias (R\$ bilhões) de crédito para PF e PJ

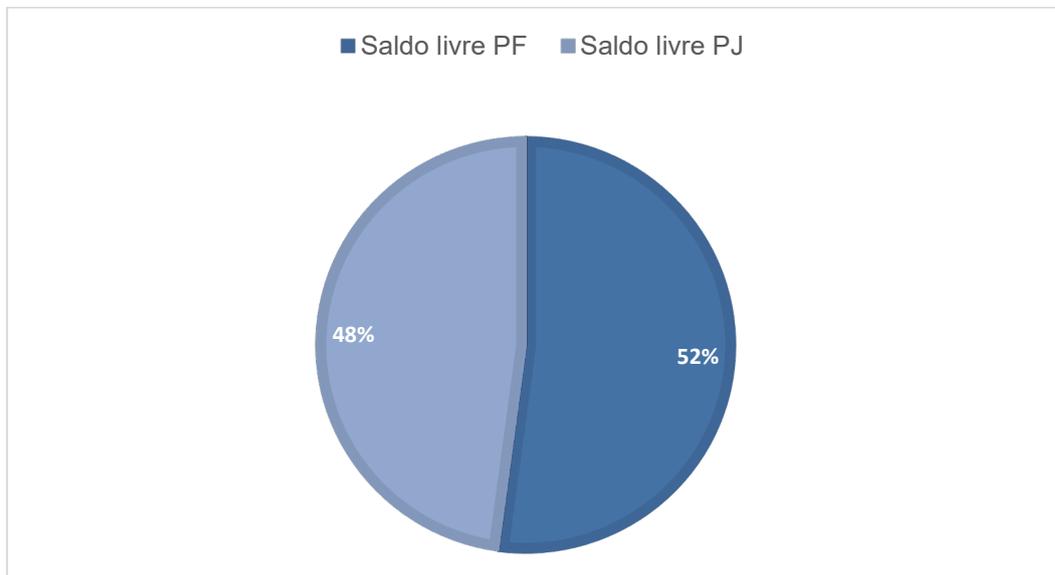


Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Para o saldo das carteiras de crédito livre o total do mês de agosto foi R\$1,13 trilhão, com crescimento mensal de 1,65% as modalidades que se destacaram para as famílias foram o crédito pessoal, com maior destaque para o empréstimo consignado, o financiamento para aquisição de veículo e cartão de crédito. Já para as empresas o total do mês de agosto foi R\$1,04 trilhão, com

crescimento mensal de 2,23% as modalidades de maior destaque foram capital de giro, financiamentos a exportações e desconto de duplicatas e recebíveis.

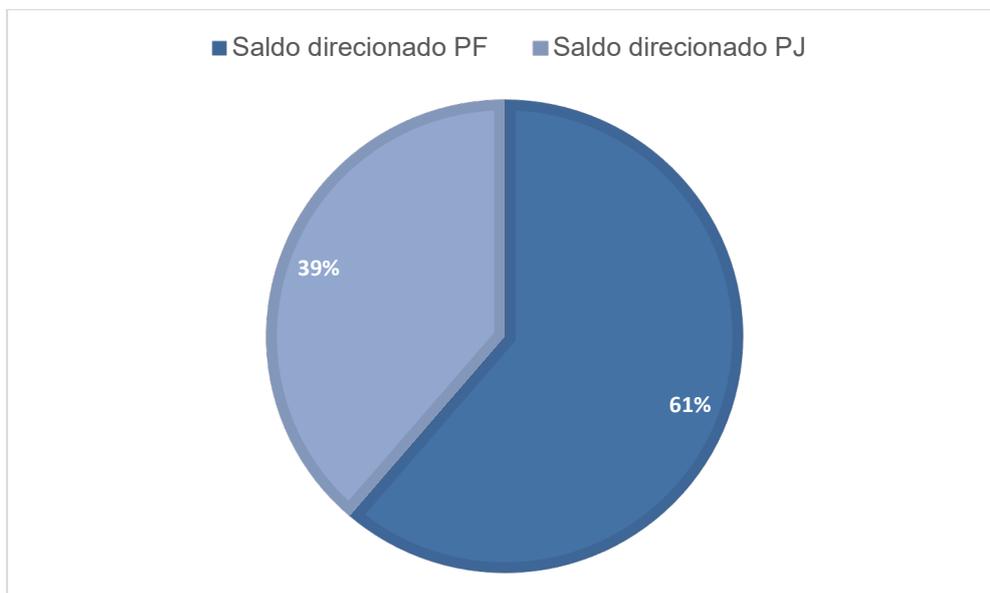
Gráfico 6.3 Participação percentual entre PF e PJ no total do crédito do mês de agosto



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Para o saldo da carteira de crédito direcionado foi atingido o valor de R\$1558,1 bilhões, sendo representado por R\$954,8 pela carteira de crédito das pessoas físicas, representando 61% do saldo total, com crescimento de 1,32% quando comparado ao mês anterior, e R\$603,3 bilhões da carteira das empresas, representando 39% do saldo total e apresentando crescimento mensal de 2,32%.

Gráfico 6.4 Participação percentual entre PF e PJ no total do crédito do mês de agosto



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Na carteira de crédito direcionado para pessoas físicas, as modalidades que mais se destacaram foram o crédito imobiliário e o crédito rural. Já para a carteira de crédito direcionado para pessoas jurídicas, as modalidades que mais se destacaram foram o crédito rural e financiamentos e investimentos que foram feitos com créditos concedidos pelo BNDES.

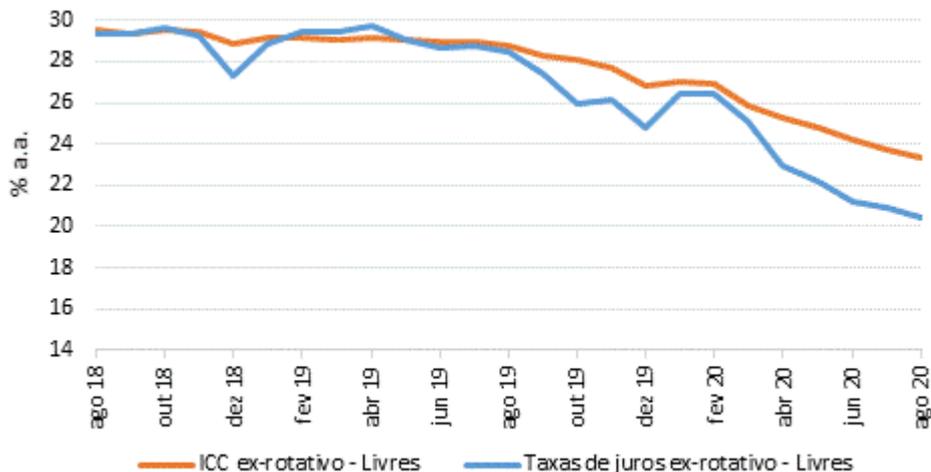
Indicador de Custo de crédito

No mês de agosto o ICC apresentou taxa de 17% a.a, com declínio de 0,4 pontos percentuais na comparação com o mês anterior e redução de 3,3 na comparação anual. De acordo com o Banco central “No crédito livre não rotativo, ocorreram reduções de 0,4 p.p. e 5,4 p.p., nas mesmas bases de comparação, alcançando 23,3%. O spread geral do ICC alcançou 12,7 p.p., quedas de 0,3 p.p. e de 2,1 p.p., nos mesmos períodos.”

Já a taxa de juros médias das operações de crédito do mês de agosto apresentaram valor de 18,7% a.a, sendo que para pessoas jurídicas a taxa de juros média é de 10,8% a.a e para pessoas físicas a taxa é de 24,0% a.a. Esta taxa de juros sofreu variação de 0,5 p.p na comparação mensal, sendo que em doze meses essa queda foi de 6,1 p.p. De acordo com o Banco Central, O spread

geral das taxas de juros das concessões, que é a diferença entre a taxa da captação e a taxa de juros cobrada pelo crédito, situou-se em 15 p.p., com declínios de 0,5 p.p. e de 4,4 p.p., nos mesmos períodos.

Gráfico 6.5 ICC e taxa de juros do Crédito Livre (exclui crédito rotativo)

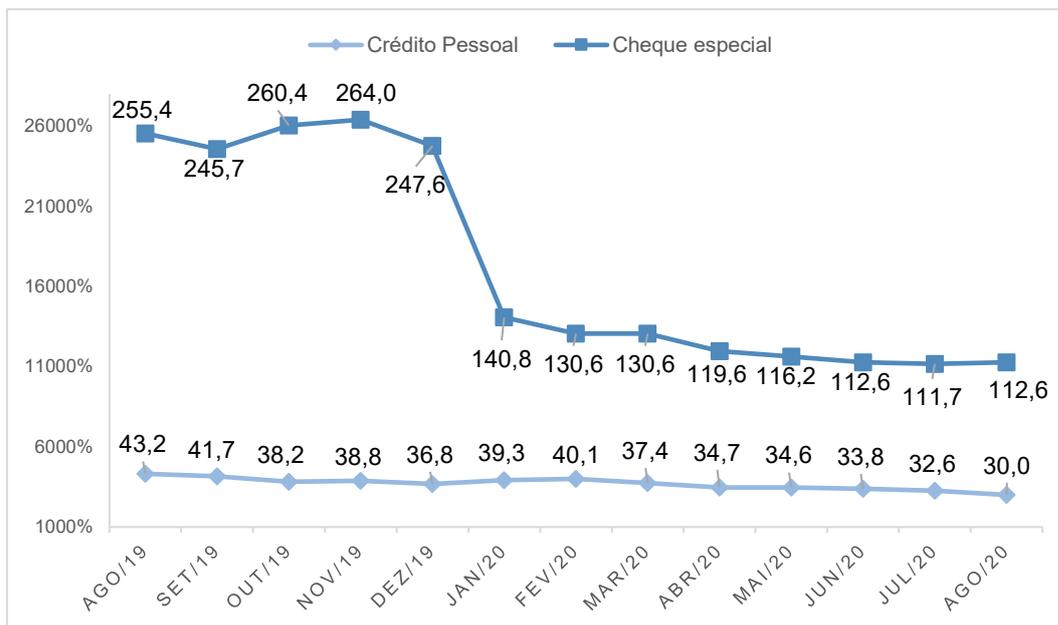


Fonte e elaboração: Banco Central.

Taxa de juros pessoa física: Comparação entre as modalidades:

A média de juros do cheque especial para pessoal física do mês de agosto (de crédito livre) ficou em 112,6% a.a, crescendo 0,9 p.p quando comparada ao mês anterior. Já a taxa média de juros do crédito pessoal (consignável e não consignável) ficou em 30% a.a, com queda de 2,6 p.p. Há uma diferença enorme entre as duas taxas de juros, sabe-se que o cheque especial possui uma das maiores taxa quando comparado a todas as linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Gráfico 6.6 Comparação Taxa de Juros do Crédito Pessoal e do Cheque Especial em 12 meses.

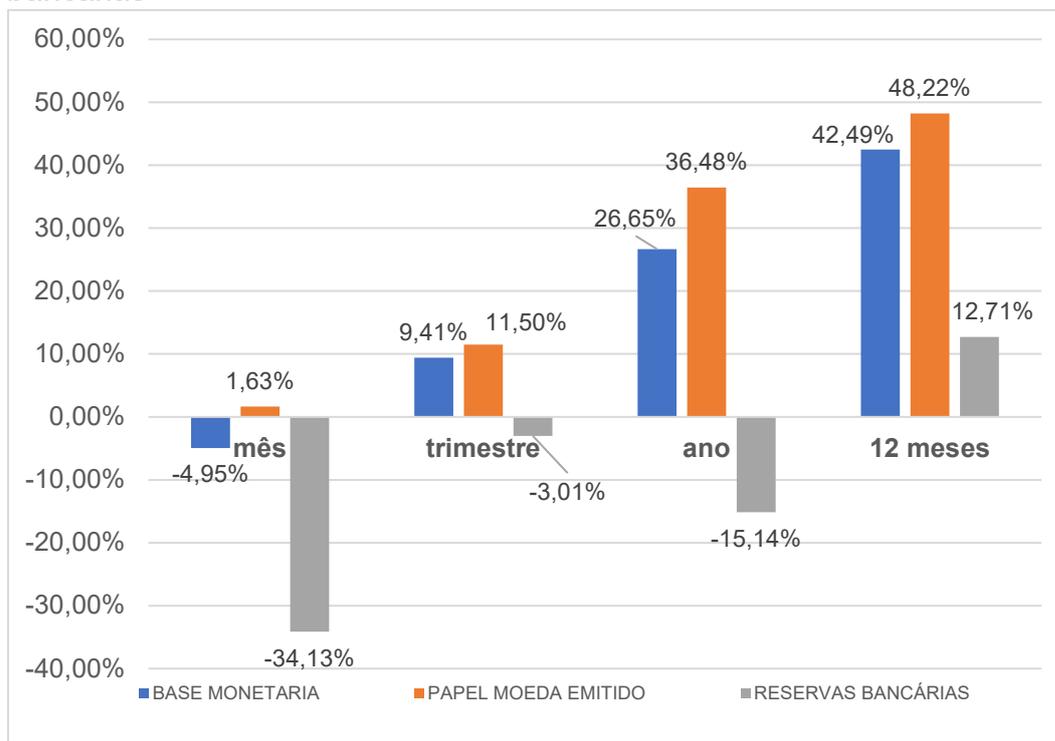


Fonte: Banco Central
 Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

Agregados Monetários

Referente aos agregados macroeconômicos em um cenário de incertezas da recuperação advindas crise econômica-sanitária global houve-se uma queda significativa referente a base monetária de - 4,95% no mês, no entanto as variações da base monetária mantem-se com uma alta acumulada de 9,41% no trimestre e 26,65% no ano. Já o papel moeda emitido teve um resultado positivo de 1,63%, acumulando uma alta de 11,50% no trimestre e 36,48% no ano. As reservas bancárias tiveram um resultado negativo no mês de -34,13%, acumulando assim uma queda da -3,01% no trimestre e -15,14% no ano.

Gráfico 6.7 - Variação da Base monetária, papel moeda emitido e reservas bancárias



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Juros da USJT

No que se refere aos meios de pagamento pode-se verificar uma expansão média próxima a mês passado, de 2,63% no M1. Expansão de base monetária e depósitos à vista reduzida comparada aos meses entre março e junho, meses críticos devido à crise sanitária mundial. Mas a variação acumulada dos últimos 12 meses se mantém em um percentual elevado de 45,97% sendo 22,85% variação de 2020.

No M2 se mantém a tendência de queda da variação positiva com 0,86% positivos no mês, sendo que os ápices das variações positivas foram nos meses de março e abril. Variação positiva mensal devido aos resultados dos depósitos de poupança (+1,0%) e do depósito a prazo (+1,1%) que contrabalancearam as variações negativas das Letras financeiras (-2,9%) e das Letras de crédito (-0,5%).

Em M3 houve uma variação positiva de 1,87% apoiadas pelas altas das quotas de fundos monetários (+2,7%) e das operações compromissadas com títulos públicos federais (+8,1%). No M4 há uma variação positiva de 1,92% contribuídas principalmente pelos títulos públicos federais (+3,0%).

Apesar da retração observada em setembro, algumas ações apresentaram crescimento significativo, é o caso da empresa Localiza que teve valorização de 17,70%, devido ao anúncio de fusão com a empresa Unidas, o Grupo Pão de Açúcar que apresentou crescimento de 9,81% e a companhia aérea azul com aumento de 9,77%.

As maiores quedas foram registradas pelo Marketplace B2W, com -19,73% no mês, seguida pela Cosan, com queda de -17,92% e a Petrorio com -16,71%.

Popularização da bolsa em 2020

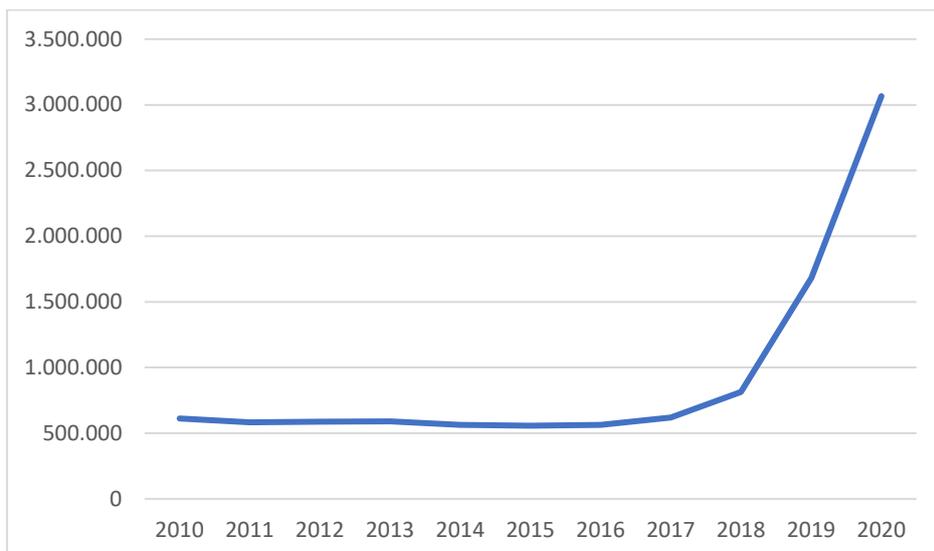
Apesar do impacto negativo da pandemia na bolsa, o ano de 2020 apresentou um indicador positivo, o crescimento no número de empresas listadas, são 21 novas empresas na bolsa até o mês de setembro, em 2019 foram apenas 9 novas instituições B3. O crescimento acompanha a ascensão de investidores pessoas físicas, que em setembro atingiu 3 milhões, um crescimento de 82% em comparação com o ano de 2019.

Tabela 1. Número de Investidores Pessoa Física últimos 10 anos.

Ano	Número de investidores PF
2010	610.915
2011	583.202
2012	587.165
2013	589.276
2014	564.116
2015	557.109
2016	564.024
2017	619.625
2018	813.291
2019	1.681.033
2020	3.065.775

Fonte: B3 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa.

Gráfico 2. Número de Investidores Pessoa Física últimos 10 anos.



Fonte: B3 Elaboração: GT Crédito, Juros e Bolsa.

A maior parte dos investidores são homens, 73,83%, as mulheres representam 25,17%. O valor total investido por pessoas físicas até setembro foi de R\$ 374,16 bilhões, o maior percentual de investimento está com pessoas com mais de 66 anos, com 33,27% do total, enquanto que pessoas entre 15 e 35 anos representam 9,64% dos investimentos.

O estado de São Paulo é o que detém o maior número de investidores e o maior valor investido, com 1,18 milhões de contas e R\$ 180,55 bilhões na bolsa. O Estado do Tocantins é o que possui o menor percentual de participação, com 9.537 contas e R\$300 milhões investidos.



Considerações Finais

Houve queda elevada da atividade econômica no 2º trimestre de 2020 (PIB caiu 9,7%), com uma modesta recuperação em agosto, indicando uma lenta recuperação da economia brasileira. A agropecuária cresceu um pouco no segundo trimestre de 2020, muito provavelmente puxada pelas exportações. Indústria e serviços recuaram neste mesmo trimestre, ano mesmo tempo em que a demanda agregada se contraía (exceto a balança comercial que mostrou crescimento, em função do Real desvalorizado e das vantagens comparativas na produção de commodities). A queda da demanda agregada indica que as incertezas macroeconômicas ainda impedem que novos negócios (investimentos) sejam construídos e que a política fiscal expansionista de combate ao Covid parece ter recuado. Mesmo com um nível de atividade econômica baixo quando comparado ao período anterior a crise do Covid, há pressões inflacionárias geradas principalmente pelo aumento de preços da cesta básica, atingindo mais a população de baixa renda (embora a meta de inflação de 4,5% em 2020 provavelmente será atingida). As capitais registraram elevado crescimento dos preços de suas cestas básicas, variando entre 18% e 33% aproximadamente. Este aumento parece estar associado a um fator microeconômico derivado da crise do Covid: com a quarentena (mesmo que parcial) há uma maior permanência nos lares e assim o consumo de alimentos diários nas residências se amplia. Como não há muitos substitutos próximos para os itens principais da cesta básica (arroz, milho, etc) a demanda destes itens de consumo se amplia e como a oferta dos mesmos não se ampliou na mesma velocidade, ocorre o aumento dos preços. Também é importante considerar que parte expressiva desta oferta de alimentos da cesta básica é exportada.

As prováveis correlações entre os indicadores do boletim são ilustrativas do comportamento da economia brasileira: baixo dinamismo econômico se associa a uma baixa demanda agregada, reduzindo a arrecadação tributária e mantendo elevado o desemprego e ampliando espaços para o trabalho informal; o custo do crédito muito elevado (24% ao ano para pessoas físicas e 17% para as jurídicas) mostra que a redução da Selic não chegou satisfatoriamente até os consumidores e produtores; o perfil da dívida pública, concentrado em pagamentos de juros e serviços



da mesma, compromete a ampliação de gastos públicos fundamentais para a recuperação econômica (tais como com investimentos em infraestrutura, gastos sociais, etc); a falta de uma política industrial mais audaciosa impede que ocorra a reestruturação e modernização da economia brasileira, deixando-a assim, mais frágil diante de crises desta magnitude como a do Covid; a desvalorização do Real, embora auxilie nas contas externas estimulando a balança comercial, traz consigo pressões inflacionárias (ainda que de potencial baixo). Em suma, a economia brasileira, que já estava “gripada” antes do Covid, tem enfrentado com relativa resiliência o desafio de crises trigêmeas: de saúde, econômica e política.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA USJT

COORDENAÇÃO DO BOLETIM: Prof. Miguel Huertas Neto

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Vladimir Camillo Sipriano

Adriana Santos Gançaves	Lucas Barbosa Martines
Alex Douglas Lopes dos Santos	Luiz Felipe Valerio de Souza
Alexandre Izidorio Paschoalato Silva	Luiz Henrique Moraes
Ana Carolina Maciel	Marina Aparecida Silva
Andre Vinicius Gomes Malpica	Mateus de Queiroz Rocha
Beatriz de Queiroz Barbosa	Matheus Mendes de Almeida
Bianca Freire Massoca	Mayara Santana Silva
Bruna Miyuki Ichimura de Carvalho	Mayra de Mello Gomes
Claudio Rubens Silva Filho	Mhait de Souza
Denis David Silva Oliveira	Michael de Souza Franco
Eduardo Domingos da Silva	Miguel Fioratti
Eduardo Moraes de Lima	Nadia Fernandes Camara
Evellyn Melo de Oliveira	Nickolas Ricardo Spinel
Felipe Rodrigues	Nicolas Fang Bastos Ng
Flavia Souza Dias	Paloma Cristina Machado Leite
Gabriel Corbalan de Souza	Rafael de Souza Vale
Gabriela Barbosa Costa Pimentel	Raphael Freitas Tannuri
Gabriella Nataly Soares da Silva	Raul Carvalho Castanheiro
Guilherme de Lima Salcedo Moreira Pinto	Renan Merluzzi de Oliveira
Guilherme Lucas Leão	Rodrigo Morilia Rodirgues
Guilherme Pan Dias	Samara Mayumi Barbosa Uihara
Guilherme Rodrigues da Silva Cruz	Sara dos Anjos Silva
Jenni Zi Lin Wang	Stefany Francetto de Lima
João Arthur Machado Figueiredo	Tayná Coussirat Pompeu Sulivan Ferreira
Kayque Tadeu Ferreira dos Santos	Thais dos Anjos Mendes
Larissa Sonoda França	Victor dos Santos Gallo
Leandro de Oliveira Costa Ramalho	Vinicius Aurélio Lujan
Leonardo Ferreira Gonçalves	Vinicius da Costa Luque
Leonardo Gonçalves Gallego	Wesley de Araujo Lima
Leonardo Santos	

DEMAIS PARTICIPANTES DO PROJETO

Layra Victoria Freitas Ortega
Mylena Azevedo Evangelista
Renata Alves de Arruda
Ricardo Simantob Junior
Taylor Milani
Vinicius Salerno Rocha
Wanderson Gomes dos Santos